

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
14. PARTES RELACIONADAS
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
20. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
21. COBERTURA DE SEGUROS
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
23. RESULTADO POR AÇÃO
24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
28. OUTRAS INFORMAÇÕES
29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
30. EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601, 602, 1.002 e 1.003, Centro - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha como controladores a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Transferência das ações da Taesa da Cemig GT para a CEMIG - em 24 de outubro de 2013, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), referentes às emissões descritas a seguir, anuíram, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, à redução do capital social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da Companhia para a CEMIG, garantidora das debêntures das emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108, de 14 de maio de 2013, e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão; (i) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública da Cemig GT; e (ii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública da Cemig GT - 1ª, 2ª e 3ª séries.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Após a anuência da operação pelos debenturistas, a transferência das ações da CEMIG GT para a CEMIG foi concluída em 11 de dezembro de 2013 por meio: (i) do termo de cessão de direitos e obrigações do termo de compromisso celebrado entre Fundo de Investimento em Participações Coliseu e Cemig Geração e Transmissão S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e (ii) do termo de cessão de direitos e obrigações e de adesão ao acordo de acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação	Localidade	Km (a)	SE (b)
TAESA	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação	Localidade	Km (a)	SE (b)
CONTROLADAS	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT") (c)	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (d)	18/12/2013	(d)	100%	Minas Gerais	n/a	n/a
CONTROLADAS EM CONJUNTO	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/02/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
COLIGADAS	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 0043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	195	3
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	51	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE") (c)	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE") (c)	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	138	1
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	145	-
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	1
Total						9.752	64

- (a) Quilômetros ("Km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- (b) As subestações ("SE") que pertencem a mais de uma concessão foram contabilizadas apenas uma vez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (c) Subestação em fase de construção.
- (d) Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") - Em 13 de dezembro de 2013 a Taesa sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013, com Receita Anual Permitida no valor de R\$10.990 e deságio de 4,76% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. Para este propósito a Companhia constituiu a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A., que receberá a outorga da concessão da linha de transmissão de energia elétrica em 500 kV, com extensão de 85 km no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Itabirito e Vespasiano. A previsão da Administração é que o contrato entre a "MAR" e a ANEEL seja assinado no 1º trimestre de 2014.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas - a Companhia possui participação societária nas seguintes empresas:

- Controladas: ATE III, SGT e MAR.
- Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.
- Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE, ERTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE". Essas empresas foram adquiridas direta ou indiretamente pela Taesa durante o exercício de 2013, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: RJ (ATE III, SGT, ETAU e Brasnorte), SC (Lumitrans, STC e ECTE), SP (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e MG (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações, vide nota explicativa nº 12.

Incorporações de controladas

- ATE, STE, NTE e UNISA - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845/13, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante a incorporação da STE e ATE na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA") e ato contínuo da NTE e da UNISA na Taesa, gerando a transferência das respectivas concessões das incorporadas e a transferência do controle societário da ATE II e ATE III, detidas diretamente pela UNISA para a Taesa (controladora indireta dessas empresas).

A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012.

A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou a ANEEL a documentação comprobatória da operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- ATE II - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.154/13, publicada no DOU em 27 de junho de 2013, anuiu à transferência da ATE II, mediante incorporação desta pela Taesa. As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013.

A referida operação de reestruturação ocorreu em 28 de junho de 2013. A Companhia enviou à ANEEL a documentação comprobatória da operação.

Todas as empresas incorporadas eram controladas diretas da Taesa. As incorporações se justificam na medida em que estão inseridas no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e no aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia.

As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia, uma vez que se trata de incorporação de controladas e, consequentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação.

Devido às características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo, pois todas as incorporações foram feitas por valores de livros e não geraram ganhos nem perdas para o Grupo Taesa. Os ativos e passivos incorporados pela Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 29 - Transações que não envolvem caixa.

Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão do Grupo Taesa

Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A referida Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais.

Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei nº 12.783/13 não são aplicáveis aos contratos de concessão da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, pelo fato de serem posteriores à publicação da Lei nº 8.987/95, quando ocorreu inclusive o processo de licitação. Esse entendimento é definido pelos próprios termos da Lei e corroborado por parecer de consultor jurídico externo que efetuou sua análise jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CONTROLADAS

Em 31 de maio de 2013, a Companhia efetuou desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a Cemig GT, sua acionista do bloco de controle, e a CEMIG, controladora direta da Cemig GT, no valor de R\$1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data de conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nesse período), por meio do qual foi transferida a totalidade das participações acionárias detidas anteriormente tanto pela CEMIG, quanto pela Cemig GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica, pertencentes ao Grupo TBE:

Sociedade	Participação adquirida pela Taesa (direta ou indireta)
<u>Coligadas diretas</u>	
EATE	49,98%
ECTE	19,09%
ENTE	49,99%
ERTE	49,99%
ETEP	49,98%
EBTE (*)	49,00%
<u>Coligadas indiretas</u>	
STC	39,98%
ESDE	49,98%
Lumitrans	39,98%
ETSE	19,09%
EBTE	25,49%

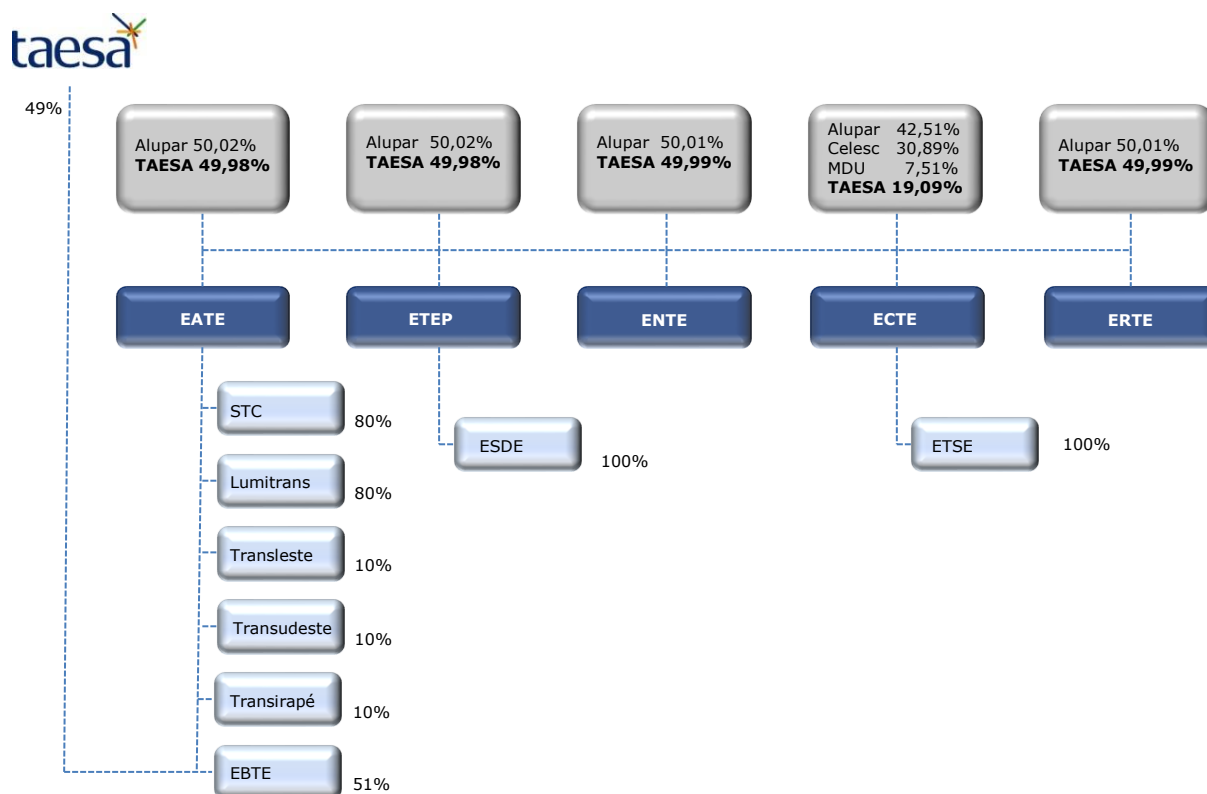
(*) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui participação indireta na EBTE de 25,49%, por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Organograma do Grupo TBE



Devido às características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL, e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (Receita Anual Permitida - RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana da interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, para fins de atendimento ao parágrafo 32 do pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente à IAS 28 (2012)). A operação envolveu a necessidade de aprovação de todos os acionistas das empresas envolvidas, pois as companhias não estão sob controle comum. Dessa forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais-valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nº 3.4 e nº 7. Os demais ativos e passivos também foram mensurados a seus valores justos na data de aquisição dessas participações (31 de maio de 2013).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Adicionalmente, em 31 de maio de 2013, entraram em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE, por meio dos quais a Companhia detém influência significativa nas empresas do Grupo TBE, e, como tal, essas participações serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As principais cláusulas desses acordos estão listadas a seguir:

- a) A Alupar terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- b) As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
 - Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações.
 - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias.
 - Liquidação ou dissolução da referida sociedade.
 - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas.
 - Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
 - Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade.
 - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.
- c) A vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- d) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
- Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social.
 - Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350.
 - Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social.
- e) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- f) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- g) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

O Grupo Taesa entende que as aquisições complementaram os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. Essas empresas operam um total de 3.136 km de linhas de transmissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir está demonstrado o total dos valores justos das participações diretas adquiridas nessas empresas, classificados no balanço patrimonial como investimentos em coligadas:

Em 31 de maio de 2013	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	35.400
Ativo financeiro	5.060.912
Investimentos - participações societárias	535.073
Intangível	11.556
Outros ativos	181.861
	5.824.802
Passivos	
Contas a pagar a fornecedores e outras	173.980
Empréstimos e financiamentos	193.767
Debêntures	661.369
Impostos diferidos	1.242.021
	2.271.137
Total dos ativos identificáveis, líquidos	3.553.665
Participação da Taesa sobre os ativos líquidos adquiridos (*)	47,60%
Contraprestação transferida pela aquisição	1.691.415

(*) Soma das participações diretas adquiridas pela Companhia nos ativos líquidos de cada empresa adquirida.

Na data da aquisição, o valor total do patrimônio líquido contábil das empresas cujas participações diretas foram adquiridas era de R\$2.008.927.

As contribuições para o resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a partir da data de aquisição, referente às empresas adquiridas estão apresentadas na nota explicativa nº 12. O valor do resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) que seria gerado pelas empresas adquiridas para todo o exercício de 2013, caso as empresas tivessem sido adquiridas no início de exercício, seria de R\$213.740.

Aquisição de coligada indireta - em 8 de agosto de 2013, a coligada EATE celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social total das transmissoras Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão ("Transmineiras"). Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente a 10%, no capital social das Transmineiras, acrescido de outros custos totalizando o montante de R\$33.633.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financing Reporting Standards - IFRSs") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as BR GAAP, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as BR GAAP e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis às demonstrações financeiras separadas em virtude da avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") e coligadas pelo método de equivalência patrimonial nas BR GAAP, enquanto para fins de IFRSs seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Taesa e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 17 de março de 2014.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 22).

3.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- a. Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

- b. Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.
- c. Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- d. Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

- e. Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar - A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide nota explicativa nº 9.

- f. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem gerência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Essa gerência é de inteira responsabilidade do ONS.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo Taesa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Taesa e de suas controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas demonstrações financeiras da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

No exercício de 2012, após a aquisição dos 50% remanescente da UNISA em 3 de julho de 2012, tal aquisição impactou as demonstrações financeiras consolidadas da seguinte forma: de janeiro a junho - 50% (contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) e de julho a dezembro - 100% (consolidado linha a linha).

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

4.2. Investimentos em coligadas e em empreendimentos conjuntos ("joint ventures")

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture.

Um investimento em uma coligada ou joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma coligada ou joint venture. Na aquisição do investimento em uma coligada ou joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento do Grupo em uma coligada ou joint venture. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (equivalente ao CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (equivalente ao CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma coligada ou joint venture do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada ou joint venture são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo somente na extensão das participações na coligada ou joint venture que não sejam relacionadas ao Grupo.

4.3. Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo Taesa utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade a fim de obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo Taesa leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

Em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia mensura novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e reconhece no resultado do exercício o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Grupo Taesa mensura o ágio na data de aquisição como o valor da contraprestação transferida mais o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida, em que o Grupo Taesa incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

4.4. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

4.5. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo Taesa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo Taesa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo Taesa reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Grupo Taesa classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo Taesa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo Taesa. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Correspondem aos instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, para os quais o Grupo tem intenção positiva e capacidade de manter tais investimentos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

b. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo Taesa reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Taesa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Taesa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, por meio da sua subsidiária ATE III, opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras do contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme nota explicativa nº 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são contabilizadas no resultado (na rubrica "Resultado financeiro").

Embora o Grupo Taesa faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não é aplicada a contabilização de "hedge" ("hedge accounting"). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 22.

4.6. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

A Companhia registra como imobilizado somente os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão.

b. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: Edifícios - 4%, Máquinas e equipamentos - 4,5%, Edificações, obras civis e benfeitorias - 3,7%, Móveis e utensílios - 11%, e Veículos - 24%.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.7. Intangível

a. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem:

- Intangível de concessão referente à alocação da mais-valia nas combinações de negócios registradas pela Companhia já considerando o valor alocado ao ativo financeiro e o registro dos impostos diferidos, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Softwares - mensurados pelo custo total de aquisição, menos despesas de amortização.
- Marcas e patentes - registradas pelo custo de aquisição.

A Companhia registra como intangível somente os ativos intangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão.

b. Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A taxa média ponderada de amortização utilizada para os itens de intangível com vida útil definida é a seguinte: softwares - 20% e intangíveis de concessão - 4,96%

4.8. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma indicação de um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo Taesa sobre condições de que o Grupo Taesa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo Taesa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados de forma coletiva quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo Taesa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia não identificou perdas (*"impairment"*) a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

c. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Taesa, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou "Unidade Geradora de Caixa - UGC" exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs) e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

4.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se o Grupo Taesa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

4.10. Capital social

- a. Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.
- b. Ações preferenciais - Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos adicionais propostos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação da Administração da Companhia e reconhecidos como passivo quando da aprovação dos acionistas em assembleia. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

4.11. Receita operacional

Receita operacional proveniente de Contratos de Concessão - de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12) e a orientação técnica OCPC - 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação.

Com base nesse modelo, a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das linhas de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (equivalente à IAS 18) e a interpretação técnica ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, o Grupo Taesa reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Taesa. As principais fontes de receita do Grupo Taesa estão descritas a seguir:

- Receita de remuneração do ativo financeiro a ser reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento e definida no início de cada concessão.
- Receita de operação e manutenção reconhecida de forma linear e mensurada no início de cada concessão e com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1) (equivalente à IAS 18).
- Receita de desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada com as construções das linhas de transmissão e com as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

4.12. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que têm o objetivo de compensar o Grupo Taesa por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, e demonstrados um deduzido do outro.

Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício.

4.13. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais, líquidas dos saldos em conta-corrente em dólar norte-americano e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias, líquidas, sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias, variações cambiais, líquidas dos passivos em moeda estrangeira, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis) e perdas nos instrumentos de "hedge". Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição - RTT, deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 e de diversos CPCs, a fim de restabelecer as regras vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

Medida provisória nº 627/2013 - No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos, até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Considerando o seu atual nível de operação e o texto corrente da referida legislação, caso a MP seja adotada como regra apenas para 2015, os principais itens que podem afetar a posição patrimonial da Companhia são:

- (i) Tributação dos dividendos efetivamente pagos até a data da promulgação da MP e gerados a partir de 1º janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2013, superior ao valor de balanço determinado com base nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (previsto na Instrução Normativa nº 1.397/13, emitida em 17 de setembro de 2013). A Companhia vem distribuindo substancialmente todos os lucros auferidos desde 1º de janeiro de 2008, ajustado pelas reservas legal e de incentivo fiscal destinadas nesse período;
- (ii) Inexistência de previsão explícita para diferir o resultado auferido durante a fase de construção da infraestrutura da concessão, cuja contrapartida é registrada no Ativo Financeiro (aplicável exclusivamente às novas concessões a serem adquiridas a partir da vigência da MP 627/2013); e
- (iii) Créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de bens e insumos referentes aos investimentos (construção, reforma ou ampliação) nas linhas de transmissão ou subestação conforme contratos assinados com a ANEEL.

A Companhia também entende que não há informação disponível suficiente para concluir sobre eventual impacto na liquidação financeira das diferenças temporárias no tratamento fiscal decorrente do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um saldo consolidado de impostos diferidos passivos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) no montante de R\$696 milhões.

A administração aguarda a evolução e tratamentos das emendas ao texto original da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações em circulação no respectivo período ajustada para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

4.16. Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os pagamentos ao plano de previdência privada na categoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.17. Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto classificam nas demonstrações dos fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais.

4.19. Arrendamento operacional

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.20. Normas e interpretações novas e revisadas

4.20.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passam a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais aos 2009-2011.
- IFRIC 20 - Custos de Remoção na Fase de Produção de Uma Mina de Superfície.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

4.20.2. Aplicação das normas novas e revisadas que tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual e em exercícios anteriores.

- IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto.
- IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de Participações em Outras Entidades.
- IAS 28 revisada em 2011 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A adoção dessas novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013 resultou em alterações relevantes na forma de contabilização dos investimentos mantidos pelo Grupo Taesa nas controladas em conjunto Brasnorte e ETAU, que até 31 de dezembro de 2012 eram contabilizados utilizando o método de consolidação proporcional, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto ("Joint Venture"), equivalente à IAS 31.

De acordo com a IFRS 11, os empreendimentos controlados em conjunto são classificados entre "*joint ventures*" e "*joint operations*" e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelos métodos de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente. As controladas em conjunto Brasnorte e ETAU são classificadas de acordo com a IFRS 11 como "*joint ventures*" e, portanto, foram registradas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 (até 30 de junho de 2012, a UNISA, além da ETAU e da Brasnorte, também era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa. Vide nota explicativa nº 12).

Cabe ressaltar que, em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Taesa não possuía outras participações em empresas controladas em conjunto além das anteriormente mencionadas.

Conforme requerido pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalentes à IAS 8 e IAS 1, respectivamente), essas alterações também foram aplicadas de forma retrospectiva nas demonstrações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4.21. Não houve impacto na controladora em decorrência da adoção desses novos pronunciamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.20.3 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (c).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (a).
- Modificações às IFRSs - Ciclos de Melhorias Anuais aos 2010-2012 e 2011-2013 (a).
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento (a).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).
- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge (a).
- IFRIC 21 - Taxas do Governo (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2014.
- (b) 1º de janeiro de 2015.
- (c) 1º de janeiro de 2016.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para todas as IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa; no entanto, estes ainda estão sob a avaliação da Administração da Companhia.

4.21. Reclassificação e adoção das IFRSs novas e revisadas

Conforme detalhado na nota explicativa nº 4.20.2, a adoção das IFRSs novas e revisadas também foi aplicada de forma retrospectiva nas demonstrações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras. Consequentemente, o balanço patrimonial consolidado de 31 de dezembro de 2012 e de 1º de janeiro de 2012, as demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparação. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo considerado de abertura do balanço patrimonial foi o de 1º de janeiro de 2012, de acordo com o CPC 23 (IAS 8).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A adoção das IFRSs não impactaram as demonstrações consolidadas do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido. Não houve impacto na controladora em decorrência da adoção desses novos pronunciamentos.

A Companhia também identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios anteriores:

- Reclassificações nas demonstrações dos fluxos de caixa entre linhas na rubrica "Atividades operacionais" para melhor apresentação da Provisão de Parcela Variável no valor de R\$9.585 no Consolidado e R\$9.585 na Controladora, que não impactaram o resultado da Companhia e estavam apresentadas líquidas na variação dos saldos ativos e passivos operacionais e não como um ajuste ao lucro.
- Em 2013, a Companhia passou a apresentar suas aplicações financeiras (avaliadas a valor justo e mantidas até o vencimento) e depósitos vinculados em uma única rubrica, "Títulos e valores mobiliários", para melhor apresentação desses saldos. Dessa forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 (R\$2.087.921 no consolidado e R\$1.986.399 na controladora) e de 1º de janeiro de 2012 (R\$14.385 no consolidado) foram reapresentados para fins de comparação.
- Em 2013, a Companhia passou a apresentar o resultado de Parcela Variável - PV no valor total de R\$(24.000) no consolidado e R\$(11.696) na controladora em na linha de outras receitas ("Parcela variável e outras receitas"), para melhor apresentação desses valores no grupo de receita operacional líquida. Dessa forma, os valores apresentados na nota explicativa nº 24 e na demonstração do valor adicionado de 31 de dezembro de 2012 foram reapresentados para fins de comparação.

Essas reclassificações não impactaram as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido.

A seguir, as demonstrações financeiras comparativas reapresentadas considerando as reclassificações e a adoção das IFRSs novas e revisadas mencionadas anteriormente.

Balanco patrimonial	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	543.266	(4.570)	538.696
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo	1.877.000	(1.877.000)	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	(61.765)	-
Títulos e valores imobiliários	-	1.938.765	1.938.765
Clientes	157.885	(2.812)	155.073
Ativo financeiro	1.023.734	(17.451)	1.006.283
Impostos e contribuições sociais	71.041	(330)	70.711
Dividendos a receber	-	4.245	4.245
Outras contas a receber	44.612	(401)	44.211
Outras contas não afetadas	4.690	-	4.690
Total dos ativos circulantes	3.783.993	(21.319)	3.762.674
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	151.013	(151.013)	-
Títulos e valores mobiliários	-	149.156	149.156
Outras contas a receber	6.738	(73)	6.665
Depósitos judiciais	12.699	(190)	12.509

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço patrimonial	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Impostos e contribuições diferidos	281.425	(79)	281.346
Ativo financeiro	5.356.531	(189.672)	5.166.859
Investimento	-	161.733	161.733
Outras contas não afetadas	43.965	-	43.965
Total dos ativos não circulantes	5.852.371	(30.138)	5.822.233
Total dos ativos	9.636.364	(51.457)	9.584.907
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	26.692	(275)	26.417
Empréstimos e financiamentos	166.355	(7.839)	158.516
Taxas regulamentares	52.126	(679)	51.447
Impostos e contribuições sociais	22.078	(530)	21.548
Outras contas a pagar	22.825	(638)	22.187
Outras contas não afetadas	362.847	-	362.847
Total dos passivos circulantes	652.923	(9.961)	642.962
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	921.967	(25.147)	896.820
Impostos e contribuições diferidos	166.685	(2.551)	164.134
Tributos diferidos	326.076	(12.691)	313.385
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	3.122	(169)	2.953
Outras contas a pagar	48.848	(938)	47.910
Outras contas não afetadas	3.419.500	-	3.419.500
Total dos passivos não circulantes	4.886.198	(41.496)	4.844.702
Total do patrimônio líquido	4.097.243	-	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido	9.636.364	(51.457)	9.584.907

Balço patrimonial	Consolidado		
	01/01/2012 (Publicado)	01/01/2012 Ajuste	01/01/2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	495.406	(205.723)	289.683
Clientes	138.187	(27.728)	110.459
Ativo financeiro	820.544	(161.530)	659.014
Impostos e contribuições sociais	61.399	(44.363)	17.036
Dividendos a receber	-	1.659	1.659
Outras contas a receber e outros ativos	41.213	8.134	49.347
Total dos ativos circulantes	1.556.749	(429.551)	1.127.198
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	58.559	(58.559)	-
Títulos e valores mobiliários	-	14.385	14.385
Outras contas a receber	3.537	(2.783)	754
Depósitos judiciais	9.781	(2.702)	7.079
Impostos e contribuições diferidos	327.597	(20)	327.577
Tributos diferidos	381	188	569
Ativo financeiro	4.215.380	(1.185.333)	3.030.047
Investimento	-	957.999	957.999
Imobilizado	13.940	(8)	13.932
Outras contas não afetadas	6.447	-	6.447
Total dos ativos não circulantes	4.635.622	(276.833)	4.358.789
Total dos ativos	6.192.371	(706.384)	5.485.987
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	33.009	(18.771)	14.238
Empréstimos e financiamentos	1.274.685	(61.837)	1.212.848
Taxas regulamentares	39.435	(6.621)	32.814
Impostos e contribuições sociais	13.961	(6.852)	7.109
Outras contas a pagar	38.637	(27.567)	11.070
Instrumentos derivativos	632	(632)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco patrimonial	Consolidado		
	01/01/2012 (Publicado)	01/01/2012 Ajuste	01/01/2012 (Reapresentado)
Outras contas não afetadas	247.532	-	247.532
Total dos passivos circulantes	1.647.891	(122.280)	1.525.611
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	580.708	(486.456)	94.252
Impostos e contribuições diferidos	53.864	(8.611)	45.253
Tributos diferidos	188.237	(84.274)	103.963
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	949	(609)	340
Outras contas a pagar	33.553	(4.154)	29.399
Outras contas não afetadas	1.434.697	-	1.434.697
Total dos passivos não circulantes	2.292.008	(584.104)	1.707.904
Total do patrimônio líquido	2.252.472	-	2.252.472
Total dos passivos e do patrimônio líquido	6.192.371	(706.384)	5.485.987

Balanco patrimonial	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo	1.877.000	(1.877.000)	-
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	61.765	(61.765)	-
Títulos e valores mobiliários	-	1.938.765	1.938.765
Outras contas não afetadas	920.663	-	920.663
Total dos ativos circulantes	2.859.428	-	2.859.428
<i>Ativos não circulantes</i>			
Aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado e depósitos vinculados	47.634	(47.634)	-
Títulos e valores mobiliários	-	47.634	47.634
Outras contas não afetadas	5.211.701	-	5.211.701
Total dos ativos não circulantes	5.259.335	-	5.259.335
Total dos ativos	8.118.763	-	8.118.763
Passivos			
Outras contas não afetadas	446.339	-	446.339
Total dos passivos circulantes	446.339	-	446.339
<i>Passivos não circulantes</i>			
Outras contas não afetadas	3.575.181	-	3.575.181
Total dos passivos não circulantes	3.575.181	-	3.575.181
Total do patrimônio líquido	4.097.243	-	4.097.243
Total dos passivos e do patrimônio líquido	8.118.763	-	8.118.763

Demonstração do resultado	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	1.223.676	(96.811)	1.126.865
Pessoal e administradores	(27.180)	357	(26.823)
Material	(28.653)	1.392	(27.261)
Serviços de terceiros	(49.755)	12.282	(37.473)
Depreciação e amortização	(707)	96	(611)
Outros custos operacionais	(2.528)	(716)	(3.244)
Custos operacionais	(108.823)	13.411	(95.412)
Lucro bruto	1.114.853	(83.400)	1.031.453
Pessoal e administradores	(27.685)	278	(27.407)
Serviços de terceiros	(32.138)	3.184	(28.954)
Depreciação e amortização	(1.077)	-	(1.077)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.878)	179	(11.699)
Despesas operacionais	(72.778)	3.641	(69.137)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	45.169	-	45.169
Outras receitas operacionais	45.169	-	45.169
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	1.087.244	(79.759)	1.007.485
Resultado de equivalência patrimonial	-	43.608	43.608
Receitas financeiras	155.627	(9.367)	146.260
Despesas financeiras	(433.931)	40.397	(393.534)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(278.304)	31.030	(247.274)
Resultado antes dos impostos e das contribuições	808.940	(5.121)	803.819
Imposto de renda e contribuição social correntes	(132.648)	13.125	(119.523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.110)	(8.004)	(95.114)
Imposto de renda e contribuição social	(219.758)	5.121	(214.637)
Lucro do exercício	589.182	-	589.182
Resultado por ação ordinária - básico em R\$	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação preferencial - básico em R\$	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação ordinária - diluído em R\$	0,65628	-	0,65628
Resultado por ação preferencial - diluído em R\$	0,65628	-	0,65628

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	589.182	-	589.182
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	-	(43.608)	(43.608)
Depreciação e amortização	1.784	(96)	1.688
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	174	2.439	2.613
Crédito tributário reconhecido no exercício - COFINS	(12.284)	-	(12.284)
Variações cambiais líquidas - contas correntes em dólar	(6.203)	159	(6.044)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	223.376	(40.556)	182.820
Juros e variações monetárias sobre debêntures	202.608	-	202.608
Imposto de renda e contribuição social correntes	132.648	(13.125)	119.523
Imposto de renda e contribuição social diferidos	87.110	8.004	95.114
Tributos diferidos	4.012	194	4.206
Remuneração do ativo financeiro	(958.126)	74.272	(883.854)
Provisão para parcela variável	-	9.585	9.585
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	(45.169)	-	(45.169)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução em clientes	7.434	(9.748)	(2.314)
Redução do ativo financeiro	948.210	(100.009)	848.201
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	44.849	(65.234)	(20.385)
Aumento no saldo de outros créditos	(7.539)	19.485	11.946
Redução no saldo de fornecedores	(9.056)	15.025	5.969
Aumento no saldo de taxas regulamentares	6.912	163	7.075
Aumento no saldo de outras contas a pagar	(24.597)	(3.992)	(28.589)
Dividendos recebidos de controladas em conjunto	-	861	861
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.185.325	(146.181)	1.039.144
Imposto de renda e contribuição social pagos	(150.666)	75.937	(74.729)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.034.659	(70.244)	964.415
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao valor justo (circulante)	(1.877.000)	1.877.000	-
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado (circulante e não circulante)	(103.329)	103.329	-
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-	(1.978.117)	(1.978.117)
Adições no imobilizado e intangível	(6.127)	108	(6.019)
Aquisição de coligada e controladas, líquida do caixa adquirido	(658.874)	-	(658.874)
Caixa oriundo da consolidação da UNISA	-	217.319	217.319
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.645.330)	219.639	(2.425.691)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	809	(82)	727

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Emissão de debêntures	2.157.463	-	2.157.463
Captação de notas promissórias	904.839	-	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(128.260)	32.796	(95.464)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(61.468)	19.597	(41.871)
Pagamento de notas promissórias - principal	(2.068.643)	(553)	(2.069.196)
Pagamento de notas promissórias - juros	(141.842)	-	(141.842)
Pagamento de debêntures - juros	(145.332)	-	(145.332)
Emissão de ações na controladora	1.729.499	-	1.729.499
Pagamento de dividendos	(588.534)	-	(588.534)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.658.531	51.758	1.710.289
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	47.860	201.153	249.013
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	495.406	(205.723)	289.683
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	543.266	(4.570)	538.696
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	47.860	201.153	249.013

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício	589.182	-	589.182
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	(249.307)	-	(249.307)
Depreciação e amortização	1.657	-	1.657
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	544	-	544
Crédito tributário reconhecido no exercício - COFINS	(12.284)	-	(12.284)
Variações cambiais líquidas - contas correntes em dólar	-	-	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	134.065	-	134.065
Juros e variações monetárias sobre debêntures	202.608	-	202.608
Imposto de renda e contribuição social correntes	70.989	-	70.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.294	-	58.294
Tributos diferidos	(4.127)	-	(4.127)
Remuneração do ativo financeiro	(546.680)	-	(546.680)
Provisão para parcela variável	-	9.585	9.585
Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA	(45.169)	-	(45.169)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução em clientes	1.796	(9.585)	(7.789)
Redução do ativo financeiro	628.900	-	628.900
(Aumento) redução no saldo de impostos e contribuições sociais	16.007	-	16.007
Aumento no saldo de outros créditos	(14.137)	(861)	(14.998)
Redução no saldo de fornecedores	(2.355)	-	(2.355)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	5.082	-	5.082
Aumento no saldo de outras contas a pagar	14.134	-	14.134
Dividendos recebidos de controladas	127.613	-	127.613
Dividendos e JCP recebidos de controladas em conjunto e coligadas	-	861	861
Caixa gerado pelas atividades operacionais	976.812	-	976.812
Imposto de renda e contribuição social pagos	(77.001)	-	(77.001)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	899.811	-	899.811
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao valor justo (circulante)	(1.877.000)	1.877.000	-
(Aumento) no saldo de aplicações financeiras avaliadas ao custo amortizado (circulante e não circulante)	(109.399)	109.399	-
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	-	(1.986.399)	(1.986.399)
Adições no imobilizado e intangível	(5.535)	-	(5.535)
Aquisição de coligada e controladas, líquida do caixa adquirido	(876.193)	-	(876.193)
Aumento de capital nas controladas	(2.401)	-	(2.401)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.870.528)	-	(2.870.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	727	-	727
Emissão de debêntures	2.157.463	-	2.157.463

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Captação de notas promissórias	904.839	-	904.839
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(16.200)	-	(16.200)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(2.437)	-	(2.437)
Pagamento de notas promissórias - principal	(2.069.191)	-	(2.069.191)
Pagamento de notas promissórias - juros	(141.842)	-	(141.842)
Pagamento de debêntures - juros	(145.332)	-	(145.332)
Emissão de ações na controladora	1.729.499	-	1.729.499
Pagamento de dividendos	(588.534)	-	(588.534)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.828.992	-	1.828.992
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(141.725)	-	(141.725)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	265.593	-	265.593
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	123.868	-	123.868
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(141.725)	-	(141.725)

Demonstração do valor adicionado	Consolidado		
	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Receitas			
Operação e manutenção	357.052	(10.767)	346.285
Construção e indenização	21.151	(729)	20.422
Remuneração do ativo financeiro	958.126	(74.272)	883.854
Parcela variável e outras receitas	434	(24.000)	(23.566)
	1.336.763	(109.768)	1.226.995
Insumos adquiridos de terceiros (incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.546)	16.858	(93.688)
Despesas gerais, administrativas e outras	(8.030)	(969)	(8.999)
	(118.576)	15.889	(102.687)
Valor adicionado bruto	1.218.187	(93.879)	1.124.308
Depreciação, amortização e exaustão	(1.784)	96	(1.688)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.216.403	(93.783)	1.122.620
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado da equivalência patrimonial	-	43.608	43.608
Receitas financeiras	155.627	(9.367)	146.260
Outras	46.285	(1.116)	45.169
Valor adicionado total a distribuir	1.418.315	(60.658)	1.357.657
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	28.060	(158)	27.902
Benefícios	16.103	(163)	15.940
FGTS	1.968	(66)	1.902
	46.131	(387)	45.744
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)	344.018	(18.359)	325.659
Estaduais	3.785	(393)	3.392
Municipais	152	(6)	146
	347.955	(18.758)	329.197
Remuneração de capitais de terceiros			
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	425.984	(40.556)	385.428
Outras	9.063	(957)	8.106
	435.047	(41.513)	393.534
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos intercalares pagos	160.000	-	160.000
Reserva legal	29.459	-	29.459
Reserva de incentivo fiscal	40.438	-	40.438
Dividendos obrigatórios	99.643	-	99.643
Dividendos adicionais propostos	259.642	-	259.642
	589.182	-	589.182
Valor adicionado total distribuído	1.418.315	(60.658)	1.357.657

Demonstração do valor adicionado	Controladora
----------------------------------	--------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2012 (Publicado)	2012 Ajuste	2012 (Reapresentado)
Receitas			
Operação e manutenção	261.412	11.696	273.108
Construção e indenização	6.857	-	6.857
Remuneração do ativo financeiro	546.680	-	546.680
Parcela variável e outras receitas	841	(11.696)	(10.855)
	815.790	-	815.790
Insumos adquiridos de terceiros			
(incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(45.988)	-	(45.988)
Despesas gerais, administrativas e outras	(4.526)	-	(4.526)
	(50.514)	-	(50.514)
Valor adicionado bruto	765.276	-	765.276
Depreciação, amortização e exaustão	(1.657)	-	(1.657)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	763.619	-	763.619
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado da equivalência patrimonial	249.307	-	249.307
Receitas financeiras	120.644	-	120.644
Outras	45.169	-	45.169
Valor adicionado total a distribuir	1.178.739	-	1.178.739
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	27.682	-	27.682
Benefícios	14.852	-	14.852
FGTS	1.747	-	1.747
	44.281	-	44.281
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)	201.349	-	201.349
Estaduais	3.325	-	3.325
Municipais	142	-	142
	204.816	-	204.816
Remuneração de capitais de terceiros			
Encargos de dívidas, variações monetária e cambial, líquidas	336.673	-	336.673
Outras	3.787	-	3.787
	340.460	-	340.460
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos intercalares pagos	160.000	-	160.000
Reserva legal	29.459	-	29.459
Reserva de incentivo fiscal	40.438	-	40.438
Dividendos obrigatórios	99.643	-	99.643
Dividendos adicionais propostos	259.642	-	259.642
	589.182	-	589.182
Valor adicionado total distribuído	1.178.739	-	1.178.739

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Caixa e bancos	7.044	53.545	287	345
Aplicações financeiras	114.096	485.151	70.456	123.523
	121.140	538.696	70.743	123.868

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG. Em 31 de dezembro de 2013 a rentabilidade média das aplicações financeiras do Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 22.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
CDBs, operações compromissadas e debêntures	75.259	1.431.256	75.259	1.422.148
Letras financeiras - bancos privados	174.422	267.194	174.422	267.194
Títulos públicos	78.690	288.187	78.690	288.187
Depósitos vinculados e outros (*)	74.688	89.929	-	-
Outros	9.927	11.355	9.927	8.870
	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399
Ativo circulante	308.615	1.938.765	308.615	1.938.765
Ativo não circulante	104.371	149.156	29.683	47.634
	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399

(*) Saldo composto por contas-reserva (depósitos à vista mantidos em conta-corrente em moedas nacional e estrangeira - dólar norte-americano) e aplicações financeiras mantidas em fundos de investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco) para garantia dos financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As contas-reserva e aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 (vide nota explicativa nº 15) foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha. Em 31 de dezembro de 2013, a rentabilidade média das aplicações financeiras do Grupo Taesa foi de aproximadamente 103,4% do CDI (102,5% em 31 de dezembro de 2012).

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgadas na nota explicativa nº 22, assim como a classificação desses títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil.

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

I - Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Clientes	169.942	164.658	159.440	105.640
Parcela variável (*)	(1.605)	(9.585)	(1.150)	(9.585)
	168.337	155.073	158.290	96.055
Circulante	156.844	155.073	147.425	96.055
Não circulante	11.493	-	10.865	-
	168.337	155.073	158.290	96.055

(*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2013 e 2012, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

A seguir, o quadro detalhado com a movimentação no exercício referente à parcela variável:

	2012 (Reapresentado)	Adição	Reversão	Valores descontados	2013
Consolidado	(9.585)	(33.510)	22.068	19.422	(1.605)
Controladora	(9.585)	(32.410)	21.727	19.118	(1.150)

A seguir, a composição do saldo de clientes por vencimento:

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2013	2012 (Reapresentado)
Consolidado	157.238	628	12.076	169.942	164.658
Controladora	147.451	596	11.393	159.440	105.640

Os saldos vencidos há mais de 90 dias referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos. Por esse motivo, em 2013, o saldo foi reclassificado para o ativo não circulante.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

II - Ativo financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Circulante	1.065.966	1.006.283	1.002.265	606.372
Não circulante	5.161.786	5.166.859	4.617.200	2.571.589
	6.227.752	6.173.142	5.619.465	3.177.961

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$1.050.182 (R\$883.854 em 31 de dezembro de 2012). Na controladora, o efeito em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$920.017 (R\$546.680 em 31 de dezembro de 2012).

A seguir, a movimentação do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Ativo financeiro	TRAF (a)	2012 (Reapresentado)	Adição (d)	Incorporação e transferências (b)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	2013
TSN	14%	969.338	74.593	-	183.602	(218.052)	1.009.481
Munirah	13%	94.411	-	-	17.453	(17.280)	94.584
Gtesa	12%	31.933	-	-	5.275	(5.613)	31.595
Patesa	11%	79.481	255	-	13.224	(13.377)	79.583
ETEO	11%	488.037	42	-	78.284	(102.377)	463.986
NVT	15%	1.514.761	1.251	-	295.036	(312.996)	1.498.052
NTE	15%	-	415	441.226	83.570	(83.603)	441.608
STE	10%	-	432	323.606	48.653	(47.204)	325.487
ATE	10%	-	165	661.762	96.165	(86.342)	671.750
ATE II	9%	-	6.773	964.611	98.755	(66.800)	1.003.339
Total controladora		3.177.961	83.926	2.391.205	920.017	(953.644)	5.619.465
UNISA	10%	2.549.070	2.010	(2.541.667)	18.275	(27.688)	-
NTE	15%	443.378	-	(441.226)	5.194	(7.346)	-
ATE II	9%	-	5.227	19.597	35.214	(60.038)	-
ATE III	7%	-	-	572.091	71.080	(58.955)	584.216
SGT	6%	2.733	20.936	-	402	-	24.071
Total consolidado		6.173.142	112.099	-	1.050.182	(1.107.671)	6.227.752

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo financeiro	TRAF (a)	2011 (Reapresentado)	Adição (e)	Aquisição UNISA (c)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	2012 (Reapresentado)
TSN	14%	994.917	6.630	-	168.726	(200.935)	969.338
Munirah	13%	94.378	-	-	13.931	(13.898)	94.411
Gtesa	12%	31.715	-	-	5.714	(5.496)	31.933
Patesa	11%	78.394	-	-	13.888	(12.801)	79.481
ETEO	11%	499.529	227	-	72.988	(84.707)	488.037
NVT	15%	1.541.641	181	-	271.433	(298.494)	1.514.761
Total controladora		3.240.574	7.038	-	546.680	(616.331)	3.177.961
UNISA	10%	-	10.859	2.448.428	255.891	(166.108)	2.549.070
NTE	15%	448.487	-	-	81.257	(86.367)	443.378
SGT	6%	-	2.707	-	26	-	2.733
Total consolidado		3.689.061	20.604	2.448.428	883.854	(868.806)	6.173.142

- (a) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 3.4, item a.
- (b) Refere-se às transferências decorrentes dos processos de incorporação ocorridos em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Vide nota explicativa nº 1.
- (c) Refere-se à combinação de negócios relativa à aquisição dos 50% remanescentes da UNISA. Outras informações sobre essa operação estão detalhadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013.
- (d) As principais adições no ano de 2013 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção descritos a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
<u>TSN</u> SE Sapeaçu	Reforço referente a um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 30 de abril de 2014	Portaria MME nº 437, de 14/07/11, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.
<u>ATE II</u> SE São João do Piauí	Reforço referentes a instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, de 09/08/2011.	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Conclusão da obra e início da operação: 09 de junho de 2013.	Portaria MME nº 545, de 21/09/11, e Ato Declaratório Executivo nº 44, de 26/04/2012.
<u>TSN</u> SE Sapeaçu	Reforço referentes a instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Previsão de energização e início de operação: 30 de abril de 2014.	Portaria MME nº 160, de 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
SGT SE São Gotardo 2	Concessão em fase de construção conforme Contrato de Concessão nº 024/12 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/12 - ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão. Conclusão da obra e início de operação em 18 de março de 2014. (*)	Portaria MME nº 128, de 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.

(*) De acordo com o contrato de concessão assinado entre a Companhia e a SGT, a data prevista para conclusão da subestação era 28 de fevereiro de 2014, porém a Companhia concluiu a obra em 18 de março de 2014 e as penalidades previstas em contrato provisionadas na SGT.

Novos reforços - em 3 de outubro de 2013, foi publicada no DOU a Resolução Autorizativa nº 4.347, que autorizou a implantação de reforços sob responsabilidade de diversas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, entre as quais a Taesa (ATE, ATE II, NTE, STE, Novatrans, TSN) e a ATE III, conforme descrito a seguir:

Concessão	Subestação	Reforço	Prazo para implantação o após publicação Res. ANEEL (meses)	Enquadramento Res. Normativa nº 443/11
Taesa (Novatrans)	SE SAMAMBAIA 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle do Centro de Operação Taesa.	Até 12	VII
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão da LT 500 kV Rio das Éguas - Serra da Mesa II.	Até 18	IV
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão do reator de barra.	Até 18	IV
Taesa (ATE)	SE ASSIS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (ATE II)	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
ATE III	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (NTE)	SE ANGELIM II 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle da NTE.	Até 12	VII
Taesa (STE)	SE SANTO ÂNGELO 230 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII

(e) As principais adições no ano de 2012 estão relacionadas aos reforços ou concessão em fase de construção descritos a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
TSN SE Ibicoara	Reforço referente a dois disjuntores para a SE de 500 kV de Ibicoara para adequação do arranjo de barramento	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$1,7 milhão	18 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Projeto concluído em setembro de 2012.	Portaria MME nº 437, de 14/07/2011, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.

- A seguir encontram-se as principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL descritos na nota explicativa nº 1:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE e Lumitrans) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorte, ATE III, SGT, STC, EBTE e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, STC, EBTE e ESDE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "*reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas*", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

A seguir, a composição da RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas do Grupo são reconhecidas de acordo com a ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

	Ciclo 2013-2014			Ciclo 2012-2013			Ciclo 2011-2012		
	Total da receita	PA apuração	Total líquido	Total da receita	PA apuração	Total líquido	Total da receita	PA apuração	Total líquido
TSN	385.689	(11.803)	373.886	361.361	(14.325)	347.036	346.228	(2.866)	343.362
Gtesa	7.021	(212)	6.809	6.610	(266)	6.344	26.008	127	26.135
Munirah	28.802	(869)	27.933	27.116	(1.088)	26.028	6.340	(53)	6.287
Patesa	16.862	(509)	16.353	15.875	(637)	15.238	15.226	62	15.288
ETEO	138.821	(4.188)	134.633	130.696	(5.250)	125.446	370.484	(3.073)	367.411
Novatrans	410.285	(12.378)	397.907	386.272	(15.515)	370.757	16.254	(326)	15.928
ETAU (*)	18.002	(523)	17.479	16.948	(447)	16.501	125.354	(1.040)	124.314
Brasnorte (*)	7.662	(243)	7.419	8.499	(303)	8.196	8.098	50	8.148
NTE	120.847	-	120.847	113.774	(4.570)	109.204	63.656	-	63.656
ATE	117.617	(3.879)	113.738	110.734	(5.433)	105.301	16.984	202	17.186
ATE II	179.035	(5.402)	173.633	168.557	(6.764)	161.793	30.977	128	31.105
ATE III	88.908	(2.503)	86.405	77.885	(3.103)	74.782	47.153	230	47.383
STE	64.484	-	64.484	60.710	(2.436)	58.274	21.637	81	21.718
ENTE (*)	88.838	(2.680)	86.158	6.970	(280)	6.690	-	-	-
EATE (*)	169.753	(5.121)	164.632	13.320	(535)	12.785	-	-	-
EBTE (*)	27.336	(1.436)	25.900	1.396	(117)	1.279	-	-	-
ECTE (*)	14.320	(432)	13.888	2.941	(118)	2.823	-	-	-
ETEP (*)	38.676	(1.168)	37.508	3.035	(122)	2.913	-	-	-
ERTE (*)	19.941	(426)	19.515	1.232	(49)	1.183	-	-	-
STC (*)	12.798	(176)	12.622	1.252	(14)	1.238	-	-	-
Lumitrans (*)	8.402	(253)	8.149	824	(33)	791	-	-	-
ESDE (*)	2.697	(3.489)	(792)	61	-	61	-	-	-
ETSE (*) (a)	3.014	-	3.014	-	-	-	-	-	-
Transirapé (*)	17.810	(246)	17.564	-	-	-	-	-	-
Transleste (*)	32.212	(972)	31.240	-	-	-	-	-	-
Transudeste (*)	19.965	(602)	19.363	-	-	-	-	-	-
SGT (*) (b)	3.982	-	3.982	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.043.779	(59.510)	1.984.269	1.516.068	(61.405)	1.454.663	1.094.399	(6.478)	1.087.921

(*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Em relação à NTE e à UNISA, temos: (a) NTE - 100% de sete meses (dezembro de 2011 a junho de 2012); e (b) controladas da UNISA - 50% de sete meses (dezembro de 2011 a junho de 2012). Essas concessões, com exceção da NTE, são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às demonstrações financeiras da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(a) Prevista para entrar em operação em julho de 2014.

(b) Conclusão da obra e início da operação em 18 de março de 2014.

Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313, de 26 de junho de 2012.

Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.171, de 28 de junho de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em que:

Total da Receita RAP = RBL - Rede Básica Licitada; RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações; Fronteira - RBNI - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira; Fronteira - RBL - Rede Básica Licitada - Fronteira; RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão, RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.

PA - Apuração = parcela de ajuste do exercício para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do exercício anterior (2011-2012/2012-2013).

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Ativo	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antecipados	3.269	3.311	3.050	1.566
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar (a)	43.055	56.076	22.914	14.592
IRPJ e CSLL a compensar/Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	34.756	22.228	25.744	4.518
Impostos e contribuições retidos (c)	11.305	7.313	8.615	374
Outros	822	998	602	221
	93.207	89.926	60.925	21.271
Circulante	81.081	70.711	60.925	21.271
Não circulante	12.126	19.215	-	-
	93.207	89.926	60.925	21.271
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes	1.200	12.912	1.187	3.514
PIS e COFINS	4.317	3.265	4.317	2.511
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.645	1.620	1.628	1.229
Imposto Sobre Serviços - ISS	510	821	360	96
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.848	1.777	655	173
Outros	1.244	1.153	1.092	355
	10.764	21.548	9.239	7.878

- (a) Referem-se, basicamente, aos créditos de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, bem como ao crédito tributário de COFINS reconhecido em 2012, relativo à ação de indébito tributário proposta pela TSN e Novatrans, a qual foi transitada em julgado, no valor total de R\$12.284, sendo R\$5.464 de principal e R\$6.820 de juros e atualizações monetárias.
- (b) Referem-se substancialmente ao IRRF sobre o resgate de recursos oriundos de aplicações financeiras, para a transferência das novas participações no Grupo TBE, e sobre o juros sobre o capital próprio recebido no exercício, bem como o saldo negativo dos impostos correntes apurados pela ATE III a serem compensados.
- (c) Referem-se a impostos e contribuições sociais retidos na fonte - Lei nº 10.833/03 (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa e ATE III.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Considerando que a partir de janeiro de 2014 a Companhia não mais usufruirá dos benefícios fiscais das concessões TSN, Novatrans, Gtesa, Patesa e NTE, que venceram em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima que utilizará o montante registrado no ativo circulante nos próximos 12 meses.

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esses ativos.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado, são demonstrados a seguir:

	2013			2012		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo) (Reapresentado)
TAESA	509.412	(407.023)	102.389	551.814	(270.468)	281.346
ATE III	38.808	(5.642)	33.166	-	-	-
Ativo	548.220	(412.665)	135.555	551.814	(270.468)	281.346
NTE	-	-	-	695	(45.003)	(44.308)
UNISA	-	-	-	23.075	(142.817)	(119.742)
SGT	-	(741)	(741)	-	(84)	(84)
Passivo	-	(741)	(741)	23.770	(187.904)	(164.134)
	548.220	(413.406)	134.814	575.584	(458.372)	117.212

Os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Ativo				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	504.661	532.806	504.661	532.806
Diferenças temporárias (b)	28.411	23.310	4.751	19.008
Prejuízos fiscais	15.148	19.468	-	-
	548.220	575.584	509.412	551.814
Passivo				
Diferenças temporárias (b)	(413.406)	(458.372)	(407.023)	(270.468)

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	31/12/2013		31/12/2012
	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL (Reapresentado)
Consolidado			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	-	-	13.851
Provisão para participação nos lucros	9.056	3.079	2.981
Provisão para fornecedores	2.213	752	993
Provisão para parcela variável	1.604	546	3.374
Provisão para riscos trabalhistas	1.573	535	264
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	-	-	526
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	-	-	1.303
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	69.114	23.499	-
Total do ativo		28.411	23.310
Rateio antecipação e parcela de ajuste	(4.348)	(1.478)	-
Variação cambial - regime de caixa	(6.574)	(2.235)	(20.766)
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(4.607)	(1.566)	(2.109)
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.199.984)	(407.994)	(435.497)
- Ajuste a valor de mercado - derivativos	(394)	(133)	-
Total do passivo		(413.406)	(458.372)
Controladora			
Rateio antecipação e parcela de ajuste	-	-	11.859
Provisão para parcela variável	1.150	391	3.258
Provisão para participação nos lucros	9.056	3.079	2.793
Provisão para fornecedores	2.194	746	298
Provisão para riscos trabalhistas	1.573	535	256
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	18
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ativo diferido - despesas pré-operacionais	-	-	526
Total do ativo		4.751	19.008
Rateio antecipação e parcela de ajuste	(4.151)	(1.411)	-
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação do CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(4.607)	(1.566)	(2.109)
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.188.371)	(404.046)	(268.359)
Total do passivo		(407.023)	(270.468)

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	34.639	37.594	40.098	40.789	43.745	307.796	504.661
Diferenças temporárias	6.087	1.175	1.175	1.175	1.175	17.624	28.411
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	3.584	3.584	3.584	3.584	812		15.148
	44.310	42.353	44.857	45.548	45.732	325.420	548.220

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nesse estudo, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
PIS e COFINS diferidos - Passivo (*)	311.603	313.385	260.561	114.849

(*) Montante relacionado à diferença temporária (RTT) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Cíveis (a)	4.229	5.148	4.179	1.243
Fiscais (b)	9.281	7.219	7.943	2.227
Trabalhistas	-	142	-	129
	13.510	12.509	12.122	3.599

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN, Taesa Serviços, NTE, ATE e STE relativos aos processos de faixa de servidão. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era de aproximadamente R\$2.160.

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os consultores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação do contas a pagar decorrente de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) Fiscais

Contribuição previdenciária - mandado de segurança impetrado pela TSN, visando à obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$727.

PIS e COFINS

- TSN - embargos à execução fiscal interpostos pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$514.
- NTE - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$3.474.
- IPI - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$771.
- ICMS - Taesa Serviços - ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$215.
- ICMS - ATE III - trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R\$1.337.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- CSLL, PIS e COFINS - embargos à execução fiscal interposto pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$736.
- CSRF, IRRF, PIS, COFINS, CSLL - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do art.151, II, do CTN, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.484.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Balanco patrimonial	2013	2012
		(Reapresentado)
Controladas	362.662	2.166.745
Controladas em conjunto	159.611	161.733
Coligadas	1.725.466	-
	2.247.739	2.328.478

Resultado de equivalência patrimonial	2013	2012
Controladas	82.918	205.699
Controladas em conjunto	1.066	43.608
Coligadas	177.953	-
	261.937	249.307

I. Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	2013	2012	2013	2012
NTE (*)	-	147.183.428	-	100%
UNISA (*)	-	1.585.626.758	-	100%
ATE III (*)	379.500.000	-	100%	-
SGT	6.257.000	999	100%	100%
MAR	1.000	-	100%	-

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Vide nota explicativa nº 1.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora), é como segue:

	Controladora						Total
	NTE	UNISA	ATE II	ATE III	SGT	MAR	
Saldos em 1º de janeiro de 2012	332.606	-	-	-	-	-	332.606
Integralização de capital	-	-	-	-	2.401	-	2.401
Transferência de participação de controlada em conjunto	-	831.024	-	-	-	-	831.024
Ganho na remensuração de participação detida anteriormente (a)	-	45.169	-	-	-	-	45.169
Aquisição de participação (a)	-	876.193	-	-	-	-	876.193
Equivalência patrimonial	59.763	145.840	-	-	96	-	205.699
Dividendos intercalares pagos	(26.097)	(87.223)	-	-	-	-	(113.320)
Dividendos a receber 2012	(13.027)	-	-	-	-	-	(13.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	353.245	1.811.003	-	-	2.497	-	2.166.745
Saldos em 1º de janeiro de 2013	353.245	1.811.003	-	-	2.497	-	2.166.745
Incorporação de controladas - janeiro/2013 (b)	(356.642)	(1.832.089)	724.809	353.262	-	-	(1.110.660)
Aumento/integralização de capital	-	-	150.000	-	3.857	1	153.858
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	(43.915)	(15.912)	-	-	(59.827)
Incorporação de controladas - junho/2013 (b)	-	-	(856.400)	-	-	-	(856.400)
Equivalência patrimonial	3.397	21.086	25.506	32.002	927	-	82.918
Pagamento de dividendos intermediários	-	-	-	(7.840)	-	-	(7.840)
Dividendos a receber 2013	-	-	-	(6.132)	-	-	(6.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	355.380	7.281	1	362.662

(a) Em 3 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA no montante de R\$876.193 (outras informações sobre essa operação estão detalhadas na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de 2012, publicadas em 27 de março de 2013). Nessa operação foi registrado um ganho na remensuração da aquisição do controle da UNISA no montante de R\$45.169.

(b) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Dividendos intercalares 2012 - UNISA - em 26 de novembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária da UNISA aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$87.223, devendo tais dividendos ser pagos à sua acionista Taesa com os dividendos recebidos de suas controladas ATE, ATE II e STE. O pagamento do valor total foi realizado em 29 de novembro de 2012.

Dividendos adicionais 2012 - NTE - em 26 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária da NTE aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$26.097, pagos em 29 de novembro de 2012.

Dividendos adicionais 2012 - ATE II - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE II deliberou o pagamento de R\$43.915, a título de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2012. Esses dividendos foram incorporados pela Companhia conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Dividendos intercalares 2013 - ATE III - Mediante aprovação prévia do BID, em 13 de setembro de 2013 a Companhia pagou, a título de dividendos, o valor de R\$30.000, sendo R\$21.216 referentes a destinação do resultado de 2012, R\$944 referentes a destinação do resultado de 2011 e R\$7.840 referentes a dividendos distribuídos da reserva estatutária constituída com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida determinado pelo BID, aprovados conforme AGE ocorrida em 11 de setembro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos adicionais 2012 - ATE III - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE III deliberou o pagamento de R\$15.912, a título de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2012, pagos conforme descrito no parágrafo anterior.

Aumento de capital ATE II - em 10 de maio de 2013, a Assembleia Geral e Extraordinária da ATE II aprovou o aumento de capital social no montante de R\$150.000, integralizados na mesma data pela Taesa. Os recursos oriundos do aumento de capital foram utilizados para o pagamento de empréstimos com o BID e o BNDES, para posterior incorporação da ATE II a Taesa.

SGT - em 6 de junho de 2012, a Taesa sagrou-se vencedora do Lote E do Leilão nº 005/2012 promovido pela ANEEL, à qual a ANEEL outorgou o direito de explorar, por 30 anos, a concessão que compreende duas funções de transmissão dentro da subestação de São Gotardo 2, no Estado de Minas Gerais (SE São Gotardo 2 345/138kV, (3+1)x100MVA). Com o objetivo de explorar essa concessão, a Companhia constituiu uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, denominada São Gotardo Transmissora de Energia S.A. A Taesa não ofereceu desconto em relação à base inicial de RAP de R\$3.739.

Conforme descrito no quadro a seguir, foram deliberadas as subscrições de capital social na SGT como segue:

Data da AGE	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	
			Montante	Data
12/06/2012	Constituição da Companhia	1	(1)	15/06/2012
10/10/2012	Aumento de capital	2.400	(2.400)	10/10/2012
12/11/2012	Aumento de capital	864	(864)	16/01/2013
10/12/2012	Aumento de capital	864	(864)	28/05/2013
10/01/2013	Aumento de capital	1.728	(1.728)	28/05/2013
03/10/2013	Aumento de capital	400	(400)	03/10/2013
		6.257	(6.257)	

Em 31 de dezembro de 2013, todo o capital da SGT se encontrava integralizado. Os aumentos de capital em questão visam conferir à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. A Companhia obteve liberação de parte do financiamento do BNDES para financiar o projeto. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.

II. Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	2013	2012	2013	2012
Controladas em conjunto				
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
Coligadas diretas				
EATE	180.000.010	-	49,98%	-
EBTE (i)	263.058.339	-	49,00%	-
ECTE	42.095.000	-	19,09%	-
ENTE	100.840.000	-	49,99%	-
ETEP	45.000.010	-	49,98%	-
ERTE	36.940.800	-	49,99%	-
Coligadas indiretas				
STC (ii)	162.340.000	-	39,98%	-
ESDE (iii)	38.291.000	-	49,98%	-
Lumitrans (iv)	57.576.060	-	39,98%	-
ETSE (v)	60.893.000	-	19,09%	-
EBTE (i)	263.058.339	-	25,49%	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	2013	2012	2013	2012
TRANSUDESTE (vi)	30.000.000	-	4,95%	-
TRANSLESTE (vii)	49.569.000	-	5,00%	-
TRANSIRAPÉ (viii)	22.340.490	-	4,95%	-

- (i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinados entre as partes.
- (ii) A EATE possui 80% de participação na STC; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (iii) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.
- (iv) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (v) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vi) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSUDESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.
- (vii) A EATE possui 9,99% de participação da TRANSLESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (viii) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSIRAPÉ; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto e coligadas mencionadas anteriormente é 31 de dezembro de cada ano.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa, vide nota explicativa nº 1.

UNISA - conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas em 27 de março de 2013, em 30 de novembro de 2011 a Taesa adquiriu da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. 50% das ações do capital votante da UNISA, que detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III. Os 50% remanescentes foram adquiridos em 3 de julho de 2012, quando a UNISA deixou de ser uma controlada em conjunto e passou a ser uma controlada integral da Taesa. Consequentemente, os resultados referentes ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012 da UNISA estão sendo reapresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 4.20.2), e as informações de resultado, quando aplicável, apresentadas a seguir para fins de comparação.

Aquisição de coligada indireta - Em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, no capital social das transmissoras Transudeste, Transleste e Transirapé (vide nota explicativa nº 2).

A Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte e influência significativa nas empresas do Grupo TBE, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladas em conjunto	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")
Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento SA ("Alupar")
EBTE	EATE
ECTE	Alupar, Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE estão listadas na nota explicativa nº 1. As principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Brasnorte

- O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) Conselheiros, sendo 2 (dois) membros indicados pela Eletronorte, 2 (dois) membros indicados pela Taesa e 1 (um) membro indicado pela Bimetal. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bimetal e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos deste órgão, não tendo direito a voto de qualidade.
- A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à TAESA a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bimetal a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro.
- Se uma das Partes decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu *stake* na Sociedade, os demais Acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- As questões, litígios ou controvérsias entre os Acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa fé, por um período não superior a 30 (trinta) dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV Conciliação e Arbitragem.
- O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ETAU

- a) A companhia terá um conselho de administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelas acionistas. Cada acionista indicará um membro do conselho de administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação da acionista no capital da companhia.
- b) A companhia terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da companhia ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas suas respectivas áreas de atuação, residentes no país, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
- c) As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da companhia, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá às demais acionistas, sempre proporcionalmente.
- d) Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a Companhia e para as demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela *Standard and Poors* (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, junto a outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.
- e) No caso de controvérsias ou disputas decorrentes deste acordo, as acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso as acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação por escrito de outra(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, as acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre as acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(a) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - inclui o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

Controladas em conjunto	UNISA	ETAU	Brasnorte	TOTAL
Saldos em 1º de janeiro de 2012	801.040	77.210	79.749	957.999
Transferência de participação para controlada integral	(831.024)	-	-	(831.024)
Dividendos a receber 2011	-	-	(2.776)	(2.776)
Dividendos a receber 2012	-	(90)	(440)	(530)
Dividendos a receber 2011 - adicionais propostos aprovados	-	(5.544)	-	(5.544)
Equivalência patrimonial	29.984	7.755	5.869	43.608
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	79.331	82.402	161.733
Saldos em 1º de janeiro de 2013	-	79.331	82.402	161.733
Dividendos adicionais a receber - 2012	-	(6.295)	-	(6.295)
Retificação de dividendos obrigatórios a receber	-	-	3.217	3.217
Equivalência patrimonial	-	4.312	(3.246)	1.066
Dividendos a receber 2013	-	(110)	-	(110)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	77.239	82.372	159.611

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos adicionais 2012 - ETAU - em 11 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012. Os dividendos adicionais propostos, no montante de R\$6.295, considerando a participação da Companhia, foram transferidos para a conta "Dividendos a pagar" e pagos em 17 e 18 de dezembro de 2013.

Dividendos adicionais 2011 - ETAU - em 24 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU deliberou sobre o pagamento de R\$5.669 a título de dividendos referentes ao exercício de 2011, sendo R\$5.544 referentes a dividendos adicionais, considerando a participação da Companhia. Em 17 de dezembro de 2012 foram pagos R\$4.733 e em 26 de março de 2013 R\$937.

Retificação de dividendos 2012 - Brasnorte - a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2013 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012, retendo todo o valor dos dividendos obrigatórios como reserva especial (artigo 202, inciso III, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76).

Movimentação dos investimentos em coligadas - inclui o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	TOTAL
Saldos em 1º de janeiro de 2013	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação (i)	805.807	133.552	50.764	417.998	114.830	168.464	1.691.415
Equivalência patrimonial (i)	92.291	14.718	4.090	40.112	11.341	15.401	177.953
Dividendos recebidos e propostos	(88.162)	(1.452)	(2.949)	(17.782)	(3.418)	(9.014)	(122.777)
JCP recebidos	(12.126)	-	(490)	(5.543)	-	(2.966)	(21.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	797.810	146.818	51.415	434.785	122.753	171.885	1.725.466

Dividendos 2013 - Grupo TBE

Dividendos	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
28 de agosto de 2013	18.849	-	1.446	5.999	-	4.178	30.472
26 de setembro de 2013	-	-	-	2.807	-	-	2.807
Aprovado no Conselho de Administração de 27 de agosto de 2013							33.279
12 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	4.836	4.836
20 de dezembro de 2013	69.313	-	-	-	-	-	69.313
30 de dezembro de 2013	-	-	668	2.749	-	-	3.417
Dividendos propostos a receber (intercalares)	-	-	835	6.227	-	-	7.062
Aprovado nos Conselhos de Administração de 03 e 05 de dezembro de 2013							84.628
Dividendos propostos a receber (obrigatórios)	-	1.452	-	-	3.418	-	4.870
	88.162	1.452	2.949	17.782	3.418	9.014	122.777

Juros sobre capital próprio 2013 - Grupo TBE

	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
11 de dezembro de 2013	9.150	373	4.183	2.235	15.941
30 de dezembro de 2013	2.976	117	1.360	731	5.184
	12.126	490	5.543	2.966	21.125

Em 21 de novembro de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP aprovaram o crédito imediato de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$21.125, pagos em 11 de dezembro de 2013 o montante de R\$15.941 e em 30 de dezembro de 2013 o montante de R\$5.184.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(b) Demonstrações financeiras resumidas e outras

A seguir encontram-se as demonstrações financeiras resumidas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo CPC.

Agregação das demonstrações financeiras - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as demonstrações financeiras das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.862	8.113	11.975	31.105	43.080
Ativo financeiro (i)	19.891	17.053	36.944	835.798	872.742
Outros ativos circulantes	4.201	3.678	7.879	74.500	82.379
Ativos circulantes	27.954	28.844	56.798	941.403	998.201
Ativo financeiro (i)	108.176	242.314	350.490	1.844.410	2.194.900
Investimentos em participações societárias	-	-	-	579.135	579.135
Outros ativos não circulantes	3.984	510	4.494	65.323	69.817
Ativos não circulantes	112.160	242.824	354.984	2.488.868	2.843.852
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.135	10.836	17.971	325.160	343.131
Outros passivos circulantes	3.555	2.145	5.700	187.427	193.127
Passivos circulantes	10.690	12.981	23.671	512.587	536.258
Empréstimos e financiamentos (ii)	21.686	16.168	37.854	570.291	608.145
Outros passivos não circulantes	10.087	29.476	39.563	318.494	358.057
Passivos não circulantes	31.773	45.644	77.417	888.785	966.202
Patrimônio líquido individual	97.651	213.043	310.694	2.028.899	2.339.593
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	51.349	82.372	133.721	973.981	1.107.702
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	25.890	-	25.890	751.485	777.375
Investimento total da Taesa	77.239	82.372	159.611	1.725.466	1.885.077

Balanço patrimonial	2012		
	ETAU	Brasnorte	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.151	8.895	11.046
Ativo financeiro (i)	18.648	18.832	37.480
Outros ativos circulantes	3.836	3.528	7.364
Ativos circulantes	24.635	31.255	55.890
Ativo financeiro (i)	104.314	261.699	366.013
Outros ativos não circulantes	4.006	578	4.584
Ativos não circulantes	108.320	262.277	370.597
Empréstimos e financiamentos (ii)	6.996	10.760	17.756
Outros passivos circulantes	4.151	10.947	15.098
Passivos circulantes	11.147	21.707	32.854
Empréstimos e financiamentos (ii)	28.078	26.851	54.929
Outros passivos não circulantes	6.030	31.853	37.883
Passivos não circulantes	34.108	58.704	92.812
Patrimônio líquido individual	87.700	213.121	300.821
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	46.115	82.402	128.517
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	33.216	-	33.216
Investimento total da Taesa	79.331	82.402	161.733

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE (*)	Total
Receita operacional líquida	31.469	(5.826)	25.643	733.168	758.811
Custos e despesas	(4.784)	(6.136)	(10.920)	(92.647)	(103.567)
Receitas financeiras	791	696	1.487	8.288	9.775
Despesas financeiras	(3.548)	(3.260)	(6.808)	(79.545)	(86.353)
Resultado financeiro	(2.757)	(2.564)	(5.321)	(71.257)	(76.578)
Equivalência patrimonial	-	-	-	71.592	71.592
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.794)	6.131	4.337	(95.280)	(90.943)
Lucro (prejuízo) do exercício	22.134	(8.395)	13.739	545.576	559.315
Lucro (prejuízo) do exercício - participação da Taesa	11.639	(3.246)	8.393	261.789	270.182
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(7.327)	-	(7.327)	(83.836)	(91.164)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	4.312	(3.246)	1.066	177.953	179.019
Resultado abrangente do exercício	22.134	(8.395)	13.739	545.576	559.315
Resultado abrangente do exercício - participação da Taesa	11.639	(3.246)	8.393	261.789	270.182
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(7.327)	-	(7.327)	(83.836)	(91.163)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	4.312	(3.246)	1.066	177.953	179.019

(*) Refere-se ao resultado do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2013, considerando que a participação do Grupo TBE foi adquirida em 31 de maio de 2013, conforme nota explicativa nº 2.

Demonstração do resultado	2012			
	ETAU	Brasnorte	UNISA(*)	Total
Receita operacional líquida	27.595	28.743	154.465	210.803
Custos e despesas	(4.572)	(5.249)	(25.884)	(35.705)
Receitas financeiras	560	724	19.729	21.013
Despesas financeiras	(4.128)	(4.555)	(75.074)	(83.757)
Resultado financeiro	(3.568)	(3.831)	(55.345)	(62.744)
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.364)	(4.485)	(13.846)	(19.695)
Resultado do exercício	18.091	15.178	59.390	92.659
Resultado do exercício - participação da Taesa	9.513	5.869	29.695	45.077
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.758)	-	289	(1.469)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	7.755	5.869	29.984	43.608
Resultado abrangente do exercício	18.091	15.178	59.390	92.659
Resultado abrangente do exercício - participação da Taesa	9.513	5.869	29.695	45.077
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.758)	-	289	(1.469)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	7.755	5.869	29.984	43.608

(*) Refere-se ao resultado do período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012, considerando que até esta data a UNISA era uma controlada em conjunto do Grupo Taesa.

(i) Ativo financeiro

Ativo financeiro	2013	2012
Controladas em conjunto		
ETAU	128.067	122.962
Brasnorte	259.367	280.531
	387.434	403.493
Coligadas diretas		
EATE	997.163	-
EBTE	520.858	-
ECTE	218.413	-
ENTE	588.486	-
ERTE	148.408	-
ETEP	206.880	-
	2.680.208	-

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 7.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Empréstimos e financiamentos

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros	Garantias	2013	2012
Controladas em conjunto						
ETAU	BNDES	Janeiro/2018	Cesta de moedas + 4.0% a.a. TJLP + 4.0% a.a.	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME. Direitos da concessão ETAU. Receíveis da concessão ETAU. 100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletronorte e Bimetal.	28.821	35.074
Brasnorte	CEF	Junho/2016	117,5% do CDI	Direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte. Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	27.004	37.611
					55.825	72.685
Coligadas						
EATE	Debêntures	Março/2016 Outubro/2017	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias.	322.118 140.080	-
EBTE	BNDES	Maio/2025 Novembro/2019	TJLP + 2,56% 4,5% a.a.	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.	142.657	-
ECTE	Debêntures	Março/2016 Outubro/2017	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias.	118.033	-
ENTE	Debêntures	Março/2016 Outubro/2015	CDI + 1,3% TJLP + 5%	Sem garantias. Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.	93.484	-
ERTE	BNDES	Outubro/2015 Outubro/2026	Cesta de moedas + 5% TJLP + 1,97%		36.974	-
ETEP	Debêntures	Novembro/2016	112,5% CDI	Sem garantias.	42.105	-
					895.451	-

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados na tabela possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2013, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

A Coligada indireta ESDE possui contrato com o BNDES que atrela a conta reserva do serviço da dívida (aplicações financeiras em garantia da dívida) à manutenção de certo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Conforme as demonstrações financeiras dessa coligada relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não atingiu o limite mínimo do ICSD de 1,30, tendo efetuado o complemento da conta reserva em mais três parcelas equivalentes a última amortização e juros, de forma antecipada as condições estabelecidas contratualmente. O descumprimento deste índice não gera nenhum evento de antecipação de dívida ou impactos reflexos (*cross default*) nas demais cláusulas contratuais da coligada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constitui, quando aplicável, provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (apresentados nas demonstrações financeiras resumidas anteriormente, na rubrica "Outros passivos não circulantes") em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, as seguintes empresas apresentavam processos com chance de perda provável:

	2013	2012
Controladas em conjunto		
ETAU	-	321

Em 31 de dezembro de 2013, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos consultores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	2013				2012
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	
Controladas em conjunto					
ETAU	13	-	47	60	222
Brasnorte	-	447	100	547	218
	13	447	147	607	440
Coligadas					
EATE	224	2.203	262	2.689	-
EBTE	-	-	4.166	4.166	-
ECTE	50	-	-	50	-
ENTE	-	599	135	734	-
	274	2.802	4.563	7.639	-

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Ativos circulantes				
Adiantamentos diversos	4.323	15.733	4.166	11.915
Partes relacionadas (f)	129	70	22.961	23.583
Antecipações de P&D (a)	23.682	19.425	23.047	15.854
Outras contas a receber	9.399	8.983	9.394	3.010
	37.533	44.211	59.568	54.362
Ativos não circulantes				
Partes relacionadas (f)	-	-	2	361
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	2.562	-	2.365	-
Outras contas a receber (e)	8.741	6.665	8.740	4.636
	11.303	6.665	11.107	4.997
Passivos circulantes				
Folha de pagamento	17.481	14.485	17.481	13.531
Compensação ambiental (b)	3.687	3.716	2.024	1.431
Outras contas a pagar (g)	3.387	3.986	3.379	726
	24.555	22.187	22.884	15.688
Passivos não circulantes				
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	-	45.944	-	36.665
Partes relacionadas (f)	-	298	735	1.834
Provisão para multa administrativa (h)	9.069	-	9.069	-
Outras contas pagar	1.838	1.668	1.838	4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
	10.907	47.910	11.642	38.503

- (a) Referem-se às antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo registrado na rubrica de taxas regulamentares nos montantes de R\$52.052 no consolidado e R\$50.075 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$45.623 no consolidado e R\$30.962 na controladora em 31 de dezembro de 2012), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.
- (b) Refere-se à provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental, cujo desembolso no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$39 (R\$836 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no exercício, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- (c) A ANEEL, por meio do Ofício nº 237/2005-SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base nesse Ofício, o ONS descontou da receita mensal da concessionária os montantes de R\$50.850 no consolidado e de R\$44.380 na controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$33.572 no consolidado e R\$21.960 na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).
- (d) Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em ajuste à RAP de 2013, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2013. Com base nesse Ofício, o ONS deduziu à receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os montantes de (R\$8.096) na controladora e de (R\$6.796) no consolidado (adicionou os montantes de R\$29.426 na controladora e R\$41.258 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).
- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$4.536, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2014; e (ii) débitos fiscais de períodos anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, os quais vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$516.
- (f) Vide nota explicativa nº 14.
- (g) Referem-se, basicamente, a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia, cuja expectativa de realização é inferior a 12 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (h) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, que teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, às 00h14min. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta TAESA 267/2013. Em 21 de outubro de 2013 a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da TAESA.

Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias. Não houve nenhuma alteração relevante neste processo até a data deste relatório.

14. PARTES RELACIONADAS

I - Transações com partes relacionadas - As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, estão detalhados a seguir:

Balço patrimonial	Consolidado		Controladora	
	2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
Ativos circulantes				
Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III (b.1)	-	-	22.832	23.513
Contas a receber Taesa x ETAU (c.1)	62	49	62	49
Contas a receber Taesa x Brasnorte (c.2)	67	21	67	21
	129	70	22.961	23.583
Ativos não circulantes				
Contas receber Taesa (NTE) x SGT (b.2)	-	-	2	361
	-	-	2	361
Passivos não circulantes				
Contas a pagar Taesa x Cemig GT (a.1)	-	298	-	298
Contas a pagar Taesa (UNISA) x ATE III (b.3)	-	-	735	1.536
	-	298	735	1.834

Demonstração do resultado	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receita financeira				
Receita financeira Taesa x Fundo Pampulha (a.2)	113	621	113	621
Outras receitas operacionais				
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	622	585	622	585
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.2)	271	255	271	255
	893	840	893	840
Despesas operacionais				
Outras despesas Taesa x Cemig GT (reversão) (a.1)	(298)	-	(298)	-
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.3)	1.120	690	1.115	666
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.4)	533	674	533	674
	1.355	1.364	1.350	1.340
Custo operacional				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.3)	653	605	636	556
Serviços prestados Cemig GT x SGT (b.4) (b.5)	234	-	-	-
	887	605	636	556
Despesa financeira				
Despesa de juros Taesa x Brasnorte (c.3)	-	80	-	80
	-	80	-	80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a. Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas

a.1. Taesa x Cemig GT - remuneração da Administração

Objeto do contrato: pagamento da remuneração global anual dos administradores da Companhia realizado pela Cemig GT referente ao exercício de 2009.

Natureza e razão para a operação: processo de remuneração da Diretoria.

Data da transação: 25 de novembro de 2009.

Montante envolvido: R\$419.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$419.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$298 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: (R\$298) no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: a provisão para recebimento foi revertida em 31 de julho de 2013, após conciliação do saldo entre as partes.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: operação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia.

a.2. Taesa x Cemig GT - equivalentes de caixa - Fundo Pampulha

Objeto do contrato: a Companhia e sua controlada SGT são cotistas do Fundo Pampulha, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. A Companhia, por meio do Fundo, possui um saldo de debêntures emitidas pelo Grupo CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo.

Natureza e razão para a operação: aplicação do caixa da Companhia em fundo de investimento - Fundo Pampulha.

Data da transação: 19 de março de 2012.

Montante envolvido: R\$9.820.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$2.853.

Saldo existente: R\$1.930 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013 e R\$8.402 no consolidado e R\$7.787 na controladora em 31 de dezembro de 2012, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$113 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$621 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a.3. Taesá x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 26)

Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para a operação: plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Resultado R\$1.773 no consolidado e R\$1.751 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$1.295 no consolidado e R\$1.222 na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado).

Vigência/duração: não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

a.4. Taesá x Ativas - contrato de prestação de serviços

Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Resultado: R\$533 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$674 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: caso qualquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- b. Transações entre a Companhia e suas controladas e entre suas controladas e seus controladores

b.1. Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA

Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para a operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA - ATE II e ATE III à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$22.832 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$23.513 na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito em um período inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa.

b.2. Contas a receber Taesa (NTE) x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$361 na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que este valor seja recebido em uma prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$323 da NTE foram eliminados do contas a receber da Taesa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b.3. Contas a pagar Taesa (ATE III) x UNISA - reembolso de gastos entre empresas do Grupo

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$735 na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e R\$1.536 na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito em um prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, o montante de R\$16 foi eliminado nesse processo. Por ocasião da incorporação da ATE II na Taesa em 30 de junho de 2013, o montante de R\$788 foi eliminado nesse processo.

b.4. Cemig GT x SGT - contrato de prestação de serviço de engenharia do proprietário

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da subestação São Gotardo.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário.

Data da transação: 9 de janeiro de 2013.

Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Resultado: R\$160 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 26 meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 dias; falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e nas condições previstos no contrato; ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b.5. SGT X Cemig GT - Desenvolvimento de estudos

Objeto do contrato: Desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços de desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão.

Data da transação: 27 de agosto de 2012.

Montante envolvido: R\$74.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Resultado: R\$74 no consolidado e R\$0 na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: Noventa dias a partir da assinatura do contrato.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: O contrato foi liquidado em 14 de fevereiro de 2013.

c. Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto

c.1. Taesa x ETAU - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$62 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$49 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$622 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$585 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (23 de janeiro de 2017).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a respectiva renovação por meio do Despacho nº 181, de 24 de janeiro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c.2. Taesa x Brasnorte - contrato de serviços de "back-office"

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$22 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$67 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$21 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$271 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$255 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195 de 25 de janeiro de 2013.

c.3. Brasnorte x Taesa - reembolso de IRRF

Objeto do contrato: não aplicável.

Natureza e razão para a operação: obrigação da Taesa em reembolsar o IRRF sobre o mútuo entre a Taesa e a Brasnorte não retido no pagamento do saldo desse mútuo.

Data da transação: 14 de fevereiro de 2011.

Montante envolvido: R\$3.763

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013 (R\$80 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2012).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização pelo CDI.

Vigência/duração: não houve.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: o saldo foi liquidado em 13 de fevereiro de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c.4. Brasnorte x Taesa (TSN) - contrato de comodato de imóvel

Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante).

Natureza e razão para a operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: não aplicável.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: não houve.

II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2013:

- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
- Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: remuneração fixa de 62,93% e remuneração variável de 37,07%.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.

b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no exercício de 2013:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	22	3	10	35
Remuneração fixa	1.845	3.355	319	5.519
Salário ou pró-labore	1.845	2.992	319	5.156
Benefícios diretos e indiretos	n/a	363	n/a	363
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável	-	1.976	-	1.976
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	1.976	n/a	1.976
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor total da remuneração	R\$1.845	R\$5.331	R\$319	R\$7.495

n/a = não aplicável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no exercício de 2013:

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros efetivos	11	3	5
Número de membros suplentes	11	-	5 (*)
Maior remuneração individual no exercício (mensal)	11	180	6
Menor remuneração individual no exercício (mensal)	5	128	5
Remuneração individual média no exercício (mensal)	8	148	5

(*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2013 os órgãos de governança corporativa e os demais funcionários da Companhia não possuem remuneração baseada em ações.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação					Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	
Moeda nacional - R\$							
BB-BI	Taesa	10/05/2013	NP - 6ª emissão	400.000	400.000	05/05/2014	104% do CDI
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB - subcrédito A	23.504	5.728	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP - TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB - subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB - subcrédito A	30.458	4.570	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB - subcrédito A	19.571	17.390	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
Moeda estrangeira - US\$							
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo A	72.000	72.000	15/05/2023	Taxa fixa de 4,23%+ 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo A2	23.462	23.462	15/05/2023	"Libor" + "spread" de 1,975% a.a.
BID	ATE III	04/04/2008	Empréstimo B	110.000	110.000	15/05/2020	"Libor" + "spread" de 1,6% a.a.

A seguir, um resumo de todos os financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 pelo Grupo Taesa:

Concessão	Credor	Data de liquidação	Montante
TAESA (NVT)	Sindicato - Santander, Citibank e BNP	15/03/2013	13.581
STE	Unibanco	15/03/2013	526
STE	BNDES	15/03/2013	51.181
NTE	BNDES	15/03/2013	74.664
ATE	BNDES	15/03/2013	138.139
ATE II	BNDES	15/05/2013	228.462
ATE II	BID	15/05/2013	192.124
			698.677

O objetivo dessas liquidações foi reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso de gerar valor para os seus acionistas através da otimização de sua estrutura de capital. As principais características e condições desses financiamentos estão detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, publicadas em 27 de março de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

MOVIMENTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS							
Financiadores	Concessão	2012	Captação/ custo/ incorporações	Juros e variação monetária incorridos/ custo (*)	Juros pagos	Amortização de principal	2013
		(Reapresentado)					
MOEDA NACIONAL - R\$							
NP	TAESA	-	399.744	23.065	-	-	422.809
SINDICATO-SANTANDER, CITIBANK E BNP	TAESA-NVT	16.244	-	226	(271)	(16.199)	-
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	-	5.728	51	(45)	-	5.734
BNDES-FINAME	TAESA-NVT	764	-	64	(70)	(31)	727
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	735	-	40	(40)	-	735
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	-	4.570	4	-	-	4.574
BNDES	TAESA-NTE	-	76.370	718	(1.159)	(75.929)	-
BNDES	TAESA-ATE	-	140.083	1.147	(1.921)	(139.309)	-
BNDES	TAESA-STE	-	52.169	492	(794)	(51.867)	-
UNIBANCO	TAESA-STE	-	655	6	(8)	(653)	-
CONTROLADORA		17.743	679.319	25.813	(4.308)	(283.988)	434.579
CIRCULANTE		16.292					422.964
NÃO CIRCULANTE		1.451					11.615
MOEDA NACIONAL - R\$							
BNDES-FINAME	SGT	-	17.390	49	(28)	-	17.411
BNDES	NTE	78.481	(76.370)	312	(606)	(1.817)	-
BNDES	ATE	142.765	(140.083)	398	(994)	(2.086)	-
BNDES	ATE II	240.293	-	5.742	(7.806)	(238.229)	-
BNDES	STE	53.432	(52.169)	213	(412)	(1.064)	-
UNIBANCO	STE	786	(655)	5	(5)	(131)	-
MOEDA ESTRANGEIRA - US\$							
BID	TAESA-ATE II	192.632	-	(509)	(2.843)	(189.280)	-
BID	ATE III	329.204	-	58.211	(12.628)	(30.442)	344.345
CONSOLIDADO		1.055.336	427.432	90.234	(29.630)	(747.037)	796.335
CIRCULANTE		158.516					460.021
NÃO CIRCULANTE		896.820					336.314

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$170 (R\$2.127 em 31 de dezembro de 2012).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2015	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
CDI	422.895	-	-	-	-	-	422.895
TJLP	22	21	21	21	77	140	162
Taxa fixa	10.489	13.460	15.432	16.275	108.091	153.258	163.747
"Libor"	26.701	27.721	28.915	29.834	96.446	182.916	209.617
(-) Custos a amortizar	(86)	-	-	-	-	-	(86)
	460.021	41.202	44.368	46.130	204.614	336.314	796.335

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes

Cláusulas restritivas - contratos vigentes	ATE III	TAESA	
	BID	BNDES (Santander FINAME)	BB - BI notas promissórias (6ª emissão)
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.		X	
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar nem gravar e/ou, por qualquer forma, negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BID. Não constituir garantias de nenhuma espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BID.	X		
Sem autorização prévia do BID: não realizar distribuição de dividendos nem pagamento de juros sobre o capital próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures a partes beneficiárias nem assumir novas dívidas. Não emitir débitos, pagamento de juros e amortização nem novas dívidas sem autorização prévia do BID.	X		
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a beneficiária deverá apresentar ao BID contrato de O&M em termos satisfatórios ao BID, firmado com empresa de capacidade técnica reconhecida.	X		
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.	X		
O índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.	X		
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e, a partir desse momento, 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.	X		
Manter em conta de reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar norte-americano).	X		
O índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 1,22.	X		
Indicadores financeiros - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - $\geq 1,3$.	X		
Não transformar a emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.			X
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou das sociedades controladas pela emissora, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas à época.			X
Não ter protesto de títulos contra a emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$100.000 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data do respectivo protesto.			X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira nem obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a emissora seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$100.000 ou seu equivalente em outra moeda.			X
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.			X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.			X

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas têm pleno atendimento às cláusulas restritivas "covenants" anteriormente mencionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes

Garantidor	Beneficiário	Garantia
Taesa-TSN/NVT	BNDES (Santander-FINAME)	Não há garantias.
Taesa Holding	Notas promissórias (6ª emissão)	Não há garantias.
ATE III	BID	1. Ações nominativas da sociedade. 2. Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão.

16. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	2012	Juros e variação monetária incorridos/ custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	2013
	(Reapresentado)				
Sindicato de bancos (1ª emissão)	661.659	63.534	(53.313)	(216.536)	455.344
Itaú BBA (2ª emissão)	814.649	77.850	(75.875)	-	816.624
Itaú BBA (3ª emissão)	2.206.391	226.787	(134.118)	-	2.299.060
	3.682.699	368.171	(263.306)	(216.536)	3.571.028
Circulante	263.199				482.139
Não circulante	3.419.500				3.088.889

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$1.683 (R\$1.789 em 31 de dezembro de 2012).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2015	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
CDI	355.890	327.500	195.000	860.000	-	1.382.500	1.738.390
IPCA	127.623	103.583	-	-	1.605.953	1.709.536	1.837.159
(-) Custos a amortizar	(1.374)	(819)	(539)	(361)	(1.428)	(3.147)	(4.521)
	482.139	430.264	194.461	859.639	1.604.525	3.088.889	3.571.028

As debêntures emitidas pela Companhia possuem as seguintes características:

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Data da emissão	15 de julho de 2010.	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão/preço	Foram emitidas 60.000 com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série e 25.500 da 2ª série, perfazendo um valor total de R\$600.000.	Foram emitidas 8.150 com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série, perfazendo um valor total de R\$815.000.	Foram emitidas 2.160.000 com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série, perfazendo um valor total de R\$2.160.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015). 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017). 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020). 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada. 2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%. 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%. 2ª série: CDI + 1,60%. 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%. 2ª série: IPCA + 4,85%. 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	1º de junho de 2010	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% do CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas. Outras informações sobre essas notas promissórias estão detalhadas na nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais cláusulas restritivas referentes às debêntures emitidas pela Companhia são:

Cláusulas restritivas	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.			X

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia tem pleno atendimento às cláusulas restritivas ("covenants").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	2012	Transferências (*)	Adições	Baixas	2013
	(Reapresentado)				
<u>Consolidado</u>					
Trabalhistas	824	-	467	(328)	963
Fiscais	2.103	-	-	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	-	26
	2.953	-	467	(429)	2.991
<u>Controladora</u>					
Trabalhistas	752	72	467	(328)	963
Fiscais	100	2.003	-	(101)	2.002
Cíveis	26	-	-	-	26
	878	2.075	467	(429)	2.991

(*) Referem-se às incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivos contingentes

	2013				2012			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa - Controladora	1.207	113.631	12.813	127.651	2.062	85.898	8.966	96.926
NTE (*)	-	-	-	-	-	5.590	484	6.074
ATE III (*)	-	16.125	75	16.200	-	-	-	-
UNISA (*)	-	-	-	-	80	41.043	7.291	48.414
	1.207	129.756	12.888	143.851	2.142	132.531	16.741	151.414

(*) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- **Taesa (TSN)** - referem-se basicamente a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, ICMS, no montante de R\$33.008.
- **Taesa (Novatrans)** - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$10.969.
- **Taesa (ETEO)** - referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$39.983. O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012, foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, cujo objeto é semelhante ao da autuação acima mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários de 2009 e 2010, no valor aproximado de R\$68.736.
- **Taesa (NTE)** - referem-se aos processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos as supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.122. Sendo o valor de R\$6.559 relativo à processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Taesa (ATE) - referem-se a manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.805, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (STE) - referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$10.525, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (ATE II) - referem-se a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.242, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- ATE III - referem-se a processos administrativos fiscais totalizando R\$16.124, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

Processos significativos com expectativa de perda considerada remota para o Grupo:

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos externos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

Taesa (ETEO) - Em 29 de março de 2012, a Taesa apresentou impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$102.374, em razão de suposta falta de recolhimento do IRRF sobre a remessa ao exterior efetuada pela Lovina à Tyco International Holding SARL ("TYCO"), em virtude da aquisição da ETEO, por entender que a alíquota aplicável ao caso seria de 25% e não de 15%. Em 21 de dezembro de 2012, foi interposto Recurso Voluntário contra a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), a qual manteve, por maioria de votos, o lançamento fiscal na sua integralidade por entender que os documentos estrangeiros apresentados pela empresa não comprovariam que a TYCO não seria regida pela lei luxemburguesa de 31 de julho de 1929 (fato que afastaria a aplicação da alíquota de 25%), o qual se encontra pendente de julgamento até o presente momento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as chances de êxito nesse processo são prováveis. Adicionalmente, a Administração entende que não há nenhum risco de perda financeira para a Companhia em razão do contrato de compra e venda firmado entre as partes à época, o qual garante o ressarcimento dos valores envolvidos em caso de julgamento desfavorável do processo.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		
IRPJ e CSLL correntes	(73.509)	(119.523)	(56.895)	(70.989)
IRPJ e CSLL diferidos	14.656	(95.114)	6.451	(58.294)
	(58.853)	(214.637)	(50.444)	(129.283)

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	951.705	803.819	943.296	718.465
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(323.580)	(273.299)	(320.721)	(244.278)
Equivalência patrimonial	60.866	14.828	89.059	84.764
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	50.957	53.087	34.543	40.438
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.245	2.872	1.054	1.792
JCP Pago a acionistas	64.600	-	64.600	-
JCP Recebido	(7.183)	-	(7.183)	-
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	73.466	-	73.466	-
Outros	20.776	(12.125)	14.738	(11.999)
Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado	(58.853)	(214.637)	(50.444)	(129.283)
Alíquota efetiva	6%	27%	5%	18%

(*) Como consequência do processo de incorporação de controladas, descrito na nota explicativa nº 1, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo, assim, a diferença temporária anteriormente existente.

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem as seguintes restrições: (a) o valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos seus acionistas; (b) o valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e (c) o valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir, tabela que define as principais características e prazos dos benefícios fiscais da Companhia e de suas controladas:

Concessão	Agência	Laudo Constitutivo	Localidade	Prazo
Taesa				
TSN	SUDENE	260/03	BA e GO	31/12/2013
Novatrans	SUDAM	169/04	TO, MA e DF	31/12/2013
Gtesa	SUDENE	126/04	PB e PE	31/12/2013
Patesa	SUDENE	11/05	RN	31/12/2013
NTE (*)	SUDENE	323/04	PE	31/12/2013
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
Controladas				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente 58,08% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (68,21% em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

(*) Benefício fiscal NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos têm validade até o ano 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (para outras informações, vide nota explicativa nº 19). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento deste processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus consultores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho do processo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a. Capital social - em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nova emissão de ações¹ - em 19 de julho de 2012, a Companhia emitiu 24 milhões de "units" no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65,00 por "unit". No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de "units", foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de "units" no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755.000, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Em decorrência do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$3.067.536, deduzido o custo de emissão, líquido de impostos e contribuições, no valor total de R\$25.501, totalizando R\$3.042.035, representado por 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do estatuto social da Companhia.

Desdobramento de ações - em 4 de dezembro de 2012, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, representadas ou não por certificados de depósito de ações ("units"), de forma que cada ação do capital social passará a ser representada por três ações da mesma espécie, sendo automaticamente constituídas em "units" as ações decorrentes do desdobramento de ações que constituíam "units", guardada a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais por "units", sendo observado que as ações que não estão constituídas em "units" serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de "units".

O desdobramento, por resultar apenas no aumento da quantidade de ações, sem modificação do capital social, não acarreta nenhum efeito patrimonial para a Companhia, não existindo, assim, nenhuma mudança na proporção entre ações ordinárias e preferenciais ou nos direitos e nas características de cada espécie de ação, visto que as ações oriundas do desdobramento terão todos os direitos conferidos à sua espécie e farão jus integralmente a todos os proventos, inclusive dividendos e eventuais remunerações de capital, que vierem a ser declarados pela Companhia a partir de 4 de dezembro de 2012.

Em razão da aprovação do desdobramento das ações de emissão da Companhia, o seu capital social passou a ser representado por 1.033.496.721 ações, sendo 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, sem alteração do valor do capital social.

Composição acionária 2013	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
CEMIG	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.444.084	13,51%	186.888.144	54,66%	280.332.228	27,13%	-	-
Outros	2.460	-	4.800	-	7.260	-	-	-
	691.553.133	100,0%	341.943.588	100,0%	1.033.496.721	100,0%	753.157.233	72,87%

¹ Considerando o desdobramento de ações ocorrido em 4 de dezembro de 2012, o número de "units" emitidas foi de 81 milhões, mediante a emissão de 243 milhões de novas ações, sendo 81 milhões de ações ordinárias e 162 milhões de ações preferenciais. Em decorrência disso, o capital da Companhia passou a ser composto por 691.553.133 ações ordinárias - ON e 341.943.588 ações preferenciais - PN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição acionária 2012	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
Cemig GT	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.444.084	13,51%	186.888.144	54,66%	280.332.228	27,13%	-	-
Outros	2.460	-	4.800	-	7.260	-	-	-
	691.553.133	100,0%	341.943.588	100,0%	1.033.496.721	100,0%	753.157.233	72,87%

A transferência das ações da Taesa da CEMIG GT para a CEMIG foi concluída em 11 de dezembro de 2013. Vide nota explicativa nº 1.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia.
- Aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral.
- Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia.
- Escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia.
- Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

- b. Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.
- c. Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$34.543 em 31 de dezembro de 2013 e R\$40.438 em 31 de dezembro de 2012, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

As condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
- (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
- (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE.
- d. Reserva especial - constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivo fiscal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R\$214.267. Em 27 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária destinou o total dessa reserva ao pagamento de dividendos no exercício de 2012.
- e. Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$89.846, será oportunamente capitalizado.
- f. Remuneração aos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Proposta de destinação do lucro do exercício	2013	2012
Lucro do exercício	892.852	589.182
Reserva legal (5%)	(44.643)	(29.459)
Reserva de incentivo fiscal	(34.543)	(40.438)
Lucro do exercício ajustado	813.666	519.285
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,25123 por ação ordinária e preferencial)	406.833	259.643
Dividendos intercalares pagos (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial em 2013 e R\$0,15481 por ação ordinária e preferencial em 2012)	(210.000)	(160.000)
Juros sobre capital pagos (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial)	(190.000)	-
	(400.000)	(160.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre capital próprio	18.556	-
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(381.444)	(160.000)
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados (R\$0,09641 por ação ordinária e preferencial)	(25.389)	(99.643)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Proposta de destinação do lucro do exercício	2013	2012
Dividendos adicionais propostos (R\$0,14097 por ação ordinária e preferencial)	(145.689)	(259.642)
Reserva especial de expansão	(242.588)	-
Resumo das destinações:		
Reservas	(321.774)	(69.897)
Dividendos (R\$0,77098 por ação ordinária e preferencial em 2013 e R\$0,50245 por ação ordinária e preferencial em 2012)	(571.078)	(519.285)
	(892.852)	(589.182)

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 ratificou a referida proposta de destinação do lucro do exercício de 2012.

20. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Ativo circulante				
Dividendos a receber da EBTE	1.452	-	1.452	-
Dividendos a receber da ECTE	835	-	835	-
Dividendos a receber da ENTE	6.226	-	6.226	-
Dividendos a receber da ERTE	3.419	-	3.419	-
Dividendos a receber da Brasnorte	-	3.215	-	3.215
Dividendos a receber da ETAU	110	1.030	110	1.030
Dividendos a receber da ATE III	-	-	6.132	-
Dividendos a receber da NTE (a)	-	-	-	13.027
Dividendos a receber da UNISA (a)	-	-	-	671
	12.042	4.245	18.174	17.943
Passivo circulante				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (b)	25.395	99.648	25.395	99.648
	25.395	99.648	25.395	99.648

(a) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

(b) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo refere-se aos dividendos obrigatórios a pagar no valor de R\$25.389 (R\$ 0,02457 por ação ordinária e preferencial) conforme destinação do resultado do exercício de 2013 descrita na nota explicativa nº 20, e aos dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$6, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo se refere basicamente aos dividendos obrigatórios remanescentes do exercício de 2012, no valor de R\$99.643 (R\$0,09641 por ação ordinária e preferencial), conforme destinação do lucro do exercício corrente descrita na nota explicativa nº 20.

Recebimento de dividendos do Grupo TBE - A seguir encontra-se a relação dos dividendos propostos e recebidos das empresas da TBE pela Taesa:

Dividendos	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
28 de agosto de 2013	18.849	-	1.446	5.999	-	4.178	30.472
26 de setembro de 2013	-	-	-	2.807	-	-	2.807
12 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	4.836	4.836
20 de dezembro de 2013	69.313	-	-	-	-	-	69.313
30 de dezembro de 2013	-	-	668	2.749	-	-	3.417
Dividendos propostos a receber (intercalares)	-	-	835	6.226	-	-	7.061
Dividendos propostos a receber (obrigatórios)	-	1.452	-	-	3.419	-	4.871
	88.162	1.452	2.949	17.781	3.419	9.014	122.777

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Juros sobre capital próprio 2013 - Grupo TBE - Em 21 de novembro de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP aprovaram o crédito imediato de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$21.125, pagos em 11 de dezembro de 2013 o montante de R\$15.941 e em 30 de dezembro de 2013 o montante de R\$5.184, conforme abaixo:

	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
11 de dezembro de 2013	9.150	373	4.183	2.235	15.941
30 de dezembro de 2013	2.976	117	1.360	731	5.184
	12.126	490	5.543	2.966	21.125

Recebimento de dividendos - ATE III - Mediante aprovação prévia do BID, em 13 de setembro de 2013 a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$30.000, sendo R\$21.216 referentes a destinação do resultado de 2012, R\$944 referentes a destinação do resultado de 2011 e R\$7.840 referentes a dividendos distribuídos da reserva estatutária constituída com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida determinado pelo BID.

Recebimento de dividendos - ETAU - em 26 de março de 2013, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$937 da ETAU referentes à destinação do resultado de 2011.

Recebimento de dividendos - ETAU - em 18 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu, a título de dividendos, o valor de R\$6.386 da ETAU referentes à destinação do resultado de 2012, incluindo os dividendos adicionais propostos aprovados em 2013.

Retificação da proposta da Administração de distribuir dividendos da Brasnorte - a Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013 retificou a proposta da Administração de distribuir os dividendos e deliberou pela retenção desses dividendos como reserva especial.

Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 10 de junho de 2013, a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2012, no total de R\$359.285 (R\$0,34764 por ação ordinária e preferencial).

A Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2013 aprovou o pagamento dos seguintes valores conforme abaixo:

- Em 20 de dezembro de 2013 a Companhia pagou dividendos intercalares no valor de R\$210.000 (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial) e juros sobre capital próprio no valor de R\$190.000 (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial), que foram deduzidos dos dividendos obrigatórios do exercício de 2013 pelo valor líquido de R\$171.444 (R\$0,16589 por ação ordinária e preferencial).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões da Taesa e de suas controladas (exceto a ATE III) e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de frota.

Em atendimento ao contrato de financiamento do BNDES e do BID, a ATE III contrata seus seguros (risco operacional e risco civil) nos termos e nas condições aceitos pelo BNDES e pelo BID. Dessa forma, para essa companhia, o seguro abrange todas as subestações e linhas de transmissão do projeto, tendo, ainda, como beneficiário nas suas apólices os próprios financiadores BNDES e/ou BID e repassadores, durante a vigência dos respectivos contratos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2013, as apólices de seguros vigentes da Taesa e de suas controladas e controladas em conjunto eram:

	Companhia	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco	Indenização integral (b)	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - RCG	FAIRFAX Seguros do Brasil	07/06/13 a 19/08/14	10.000	-	-	38
	FAIRFAX Seguros do Brasil	13/12/12 a 13/01/14 (c)	10.000	-	-	91
Risco Operacional - RO	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/08/12 a 19/08/14	-	933.305	-	616
	ITAÚ Seguros e FAIRFAX Seguros do Brasil	13/12/12 a 13/01/14 (d)	-	1.926.953	-	1.403
Seguro Veículos - FROTA	ITAÚ Seguros	19/08/13 a 19/08/14	-	-	105% Tabela FIP	168
D&O	AIG Seguros Brasil	18/08/13 a 18/08/14	15.000	-	-	33

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização.

(b) Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

(c) Apólice renovada com a Zurich, em 13/01/2014, com vigência de 13/01/14 a 13/01/2015, LMI de R\$10.000 e prêmio de R\$31.

(d) Apólice renovada com a Itaú Seguros, em 13/01/2014, com vigência de 13/01/2014 a 13/01/2015, DM - R\$591.463 e prêmio de R\$431.

Os seguros abrangem a Taesa, suas controladas e controladas em conjunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E NÃO DERIVATIVOS

Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito, (b) Risco de liquidez, (c) Risco de mercado e (d) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Tipos de risco

- a) Riscos de crédito - é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2013	2012	2013	2012
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	121.140	538.696	70.743	123.868
Títulos e valores mobiliários	412.986	2.087.921	338.298	1.986.399
Clientes	168.337	155.073	158.290	96.055
Ativo financeiro	6.227.752	6.173.142	5.619.465	3.177.961
	6.930.215	8.954.832	6.186.796	5.384.283

- Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os depósitos vinculados são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Clientes e ativo financeiro - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

- b) Risco de liquidez - é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob as condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As liquidações e os respectivos prazos de vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados a seguir no item riscos de mercado. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos e debêntures, estão divulgados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses.

A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

As tabelas a seguir: (a) mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais, (b) foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações e (c) incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<u>Consolidado</u>						
Pós-fixada	3	6	1.209.789	2.698.797	1.583.289	5.491.884
Prefixada	20	201	17.280	111.605	87.086	216.192
	23	207	1.227.069	2.810.402	1.670.375	5.708.076
<u>Controladora</u>						
Pós-fixada	3	6	1.179.962	2.528.535	1.542.870	5.251.376
Prefixada	20	89	389	6.634	6.341	13.473
	23	95	1.180.351	2.535.169	1.549.211	5.264.849

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- c) Riscos de mercado - é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, inflação e captação de recursos, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é o de gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
- Risco cambial - a Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía 8,60% (R\$344.345) de sua dívida total (debêntures e empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o BID) e ativos de R\$74.688 atrelados à taxa de câmbio (conta de reserva em dólar norte-americano - BID). Dessa forma, eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade - moeda estrangeira - determinada com base na exposição às taxas de câmbio dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório, incluindo somente itens monetários em aberto no fim do período de relatório em moeda estrangeira, ajustando sua conversão, com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. A PTAX utilizada para cálculo do cenário provável é referenciada por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente).

As outras variáveis, que não a taxa de câmbio, envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Operação em dólar norte-americano Risco: alta da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento/(redução)			
	Exposição/valor de referência	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Ativos				
Conta de reserva - BID (circulante e não circulante)	74.688	5.018	24.945	44.871
Passivos				
Financiamentos - BID	344.345	(23.136)	(115.008)	(206.878)
Efeito líquido		(18.118)	(90.063)	(162.007)

Taxas utilizadas	Taxa em 31/12/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
PTAX	2,3426	2,50	3,125	3,75

Fonte: a PTAX utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5), em 7 de março de 2014.

- Risco de taxa de juros - Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e debêntures, e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2013, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Instrumentos financeiros por indexador	Consolidado	Controladora
<u>Aplicações financeiras (equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários)</u>		
CDI	452.395	408.754
<u>Empréstimos e financiamentos e debêntures</u>		
TJLP	161	161
CDI	2.161.285	2.161.285
IPCA	1.837.159	1.837.159
Libor	209.618	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras - determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório, e preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Exposição Risco: queda da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)		
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
<u>Consolidado</u>			
CDI	452.395	16.874	3.585
			(9.704)
<u>Controladora</u>			
CDI	408.754	15.247	3.239
			(8.768)

Taxas utilizadas	Taxa anual acumulada até 31/12/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	8,02%	11,75%	8,81%	5,88%

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 07 de março de 2014.

Análise de sensibilidade da taxa de juros variável - empréstimos e financiamentos e debêntures - determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros no fim do período de relatório e preparada assumindo que o valor dos passivos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo Taesa. As taxas utilizados para cálculo dos cenários prováveis são referenciados por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nos cálculos dos cenários foi considerada a variação das taxas variáveis e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir:

Exposição Risco: alta da taxa	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)			
	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	
Consolidado				
CDI	2.161.285	(80.616)	(144.104)	(207.591)
IPCA	1.837.159	382	(26.670)	(53.722)
TJLP	161	-	(2)	(4)
Libor	209.618	49	(124)	(298)
	4.208.223	(80.185)	(170.900)	(261.615)
Controladora				
CDI	2.161.285	(80.616)	(144.104)	(207.591)
IPCA	1.837.159	382	(26.670)	(53.722)
TJLP	161	-	(2)	(4)
	3.998.605	(80.234)	(170.776)	(261.317)

Taxas utilizadas	Taxa anual acumulada até 31/12/2013	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI	8,02%	11,75%	14,69%	17,63%
IPCA	5,91%	5,89%	7,36%	8,84%
TJLP	5,00%	5,00%	6,25%	7,50%
Libor	0,3554%	0,3318%	0,4148%	0,4977%

Fonte: o CDI e o IPCA utilizados no cenário provável foram estimados com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 7 de março de 2014. A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas em 7 de março de 2014 e foi obtida do "site" do BNDES.

A Libor utilizada nos empréstimos com o BID é atualizada semestralmente, sempre nos meses de maio e novembro, de referência diária, calculada com base nas taxas de juros oferecidas para grandes empréstimos entre os bancos internacionais que operam no mercado londrino. Em 7 de março de 2014 a taxa Libor de seis meses era de 0,335%.
Fonte: Bloomberg.

Instrumentos financeiros derivativos - Em 31 de dezembro de 2013 a ATE III possui um contrato de "swap" de taxa de juros (Libor) para mitigar o risco de aumento da taxa de juros do financiamento contratado com o BID, limitando sua exposição à Libor em 7%. Dadas as características do contrato, esse "swap" só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que a taxa Libor esperada apresentada na análise supramencionada não ultrapassaram esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os derivativos contratados pela ATE II e ATE III podem ser resumidos conforme a tabela a seguir:

	2013			2012		
	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber	Valor de referência	Valor justo	Valores a receber
Contratos de "swap"						
Posição ativa - taxa Libor	138.251	394	394	R\$265.953	546	546
Contratos de opções						
Posição titular - compra de moeda estrangeira	-	-	-	US\$11.390	421	421
		394	394		967	967

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em maio de 2013, a ATE II realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID, bem como os derivativos contratados nessa operação ("swap" de taxa de juros - Libor). No dia 15 de maio de 2013, também foi encerrado o período em que a ATE III deveria manter contrato de opções para a compra de moeda estrangeira. Conforme contrato com o BID, a ATE III contratava opções para as três próximas parcelas a vencer nos cinco primeiros anos do contrato, sendo a última parcela protegida por esses contratos em 15 de maio de 2013.

	Ganhos (perdas) não realizados	
	2013	2012
Contratos de "swap"		
Posição ativa - taxa Libor	530	(861)
Contratos de opções		
Posição titular - compra de moeda estrangeira	(418)	(1.285)
	112	(2.146)

Esse instrumento financeiro derivativo está classificado na categoria de valor justo por meio de resultado e enquadrado como nível 2.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento e o impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como as características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Valor de referência contratado		Instituição Vencimento	Valor justo		
		2013	2012		2013	2012	
Contratos de “swaps” (R\$)							
Propósito de proteção: Risco de taxa de juros (Libor)							
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$115.147	Santander 11/2022	-	333	
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 8% a.a.	-	R\$12.555	Santander 11/2018	-	8	
Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor	Variação cambial (dólar norte-americano x real) acrescida de Libor limitada a 7% a.a.	R\$138.251	R\$138.251	Santander 05/2020	394	205	
		R\$138.251	R\$265.953		394	546	
Contratos de opções (US\$)							
Propósito de proteção: Mudança na taxa de câmbio (dólar norte-americano)							
US\$	R\$	-	US\$11.390	Citibank 05/2013	-	421	
					-	421	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2013

Operação	2013				
	Exposição/ Valor de referência	Risco	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Hedge					
Dívida em Libor	209.619	"Swap" (*) Aumento da Libor	-	-	-
		Dívida	49	(124)	(298)
		Aumento da Libor			
Efeito líquido resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)			49	(124)	(298)

(*) Dadas às características do contrato, esse swap só impactará o resultado da Companhia e de sua controlada ATE III (benefício) no momento em que a Libor ultrapassar 7%. Diante do exposto e considerando que os cenários estimados para Libor apresentado acima não ultrapassa esse limite, o impacto desse contrato na análise de sensibilidade é nulo em qualquer um dos cenários anteriormente apresentados.

Adicionalmente, considerando que o valor justo do prêmio pago por esse contrato de "swap" em 31 de dezembro de 2013 é de R\$394, o impacto no resultado da Companhia e de sua controlada ATE III no valor justo desse prêmio para os cenários de 25% e 50% está demonstrado a seguir:

	Efeito líquido no resultado consolidado/patrimônio líquido janeiro a dezembro de 2013 - aumento (redução)			
	Exposição/ valor de referência	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
Contrato de "swap" - Libor	394	-	(98)	(197)

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não participavam de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, nem efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco, tampouco possuem garantia de margem em suas operações.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- d) Risco operacional - É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
 - ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
 - ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
 - ✓ Documentação de controles e procedimentos.
 - ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
 - ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
 - ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
 - ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
 - ✓ Padrões éticos e comerciais.
 - ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.
- Riscos regulatórios - o Grupo está sujeito à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.
 - Risco de seguros - o Grupo contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações, com exceção das concessões NTE, ATE e ATE II (vide nota explicativa nº 21). Apesar de a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, o Grupo estará sujeito à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes para o Grupo.
- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia e suas controladas têm à disposição poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia e por suas controladas, estas poderão não ser capazes de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia e por suas controladas poderá ser afetada, e a Companhia e suas controladas poderão ser obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

- Risco técnico - a infraestrutura das concessionárias do Grupo é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pelo Grupo, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).
- Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Gerenciamento do capital

A política da Administração é possuir uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre o capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data da das demonstrações financeiras.
- Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.
- Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2013.

- Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e os contratos de opção de compra de dólar norte-americano são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, com base na cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Empréstimos e financiamentos:** a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- **Debêntures:** a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no site www.debentures.com.br próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

	Nota	2013		2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.140	121.140	538.696	538.696
Títulos e valores mobiliários	6	412.986	412.986	2.087.921	2.087.921
Clientes	7	168.337	168.337	155.073	155.073
Ativo financeiro	7	6.227.752	6.455.695	6.173.142	7.240.554
Instrumentos financeiros derivativos	22	394	394	967	967
		6.930.609	7.158.552	8.955.799	10.023.211
Passivos financeiros					
Fornecedores		34.012	34.012	26.417	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	796.335	796.335	1.055.336	1.055.336
Debêntures	16	3.571.028	3.372.851	3.682.699	3.779.450
		4.401.375	4.203.198	4.764.452	4.861.203
Controladora					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.743	70.743	123.868	123.868
Títulos e valores mobiliários	6	338.298	338.298	1.986.399	1.986.399
Clientes	7	158.290	158.290	96.055	96.055
Ativo financeiro	7	5.619.465	5.906.232	3.177.961	4.153.281
		6.186.796	6.473.563	5.384.283	6.359.603
Passivos financeiros					
Fornecedores		32.484	32.484	9.938	9.938
Empréstimos e financiamentos	15	434.579	434.579	17.743	17.743
Debêntures	16	3.571.028	3.372.851	3.682.699	3.779.450
		4.038.091	3.839.914	3.710.380	3.807.131

Consolidado	Nota	2013			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	121.140	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	238.722	74.688	99.576	-
Clientes	7	-	168.337	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.227.752	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	394	-	-	-
		360.256	6.470.777	99.576	-
Passivos financeiros					
Fornecedores		-	-	-	34.012
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	796.335
Debêntures	16	-	-	-	3.571.028
		-	-	-	4.401.375

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	Nota	2012			
		Valores justos através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	538.696	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6	1.877.000	101.522	109.399	-
Clientes	7	-	155.073	-	-
Ativo financeiro	7	-	6.173.142	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	22	967	-	-	-
		2.416.663	6.429.737	109.399	-
Passivos financeiros					
Fornecedores		-	-	-	26.417
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	1.055.336
Debêntures	16	-	-	-	3.682.699
		-	-	-	4.764.452

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo através de resultado, foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

23. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

Resultado por ação	Controladora	
	2013	2012
Resultado do exercício	892.852	589.182
Resultado do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	597.442	424.159
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	691.553	646.307
Resultado do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	295.410	165.023
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	341.944	251.452
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,86391	0,65628
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,86391	0,65628
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,86391	0,65628
Resultado por ação preferencial - diluído (*)	0,86391	0,65628

(*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com o ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 7. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro".

Composição da receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Operação e manutenção	415.077	346.285	365.122	273.108
Construção e indenização	112.099	20.422	83.926	6.857
Remuneração do ativo financeiro	1.050.182	883.854	920.017	546.680
Parcela variável e outras receitas (a)	(10.376)	(23.566)	(8.038)	(10.855)
Receita operacional bruta	1.566.982	1.226.995	1.361.027	815.790
PIS e COFINS	(66.058)	(56.241)	(55.467)	(29.415)
ISS	(45)	(42)	(45)	(42)
Cota para RGR e P&D (b)	(53.028)	(43.847)	(46.071)	(32.491)
Deduções da receita	(119.131)	(100.130)	(101.583)	(61.948)
Receita operacional líquida	1.447.851	1.126.865	1.259.444	753.842

- (a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançado a provisão à *débito* da conta de receita dedução Parcela Variável - Provisão e à *crédito* a conta mercado interno - Cliente O.N.S. Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV *programada* e/ou *não programada* e a *crédito* da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.
- (b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D e à constituição de RGR dos serviços públicos.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Receita operacional bruta	1.566.982	1.226.995	1.361.027	815.790
(+/-) Efeitos de ajustes societários	(59.803)	(16.308)	(49.920)	82.221
Receita operacional bruta tributável	1.507.179	1.210.687	1.311.107	898.011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Rendimentos de aplicação financeira	104.683	133.078	94.177	113.506
Receita de atualização de crédito tributário	-	7.138	-	7.138
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	9.018	6.044	-	-
Receitas financeiras	113.701	146.260	94.177	120.644
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
Empréstimos e financiamentos	(90.234)	(182.820)	(25.813)	(134.065)
Debêntures	(368.171)	(202.608)	(368.171)	(202.608)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(24.761)	(8.106)	(22.926)	(3.787)
Despesas financeiras	(483.166)	(393.534)	(416.910)	(340.460)
	(369.465)	(247.274)	(322.733)	(219.816)

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 31 de dezembro de 2013, a adesão era de 82,73% do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano.

A seguir, a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	Consolidado		Controladora	
	2013	2012	2013	2012
Custos com previdência privada	653	605	636	556
Despesas com previdência privada	1.120	690	1.115	666
	1.773	1.295	1.751	1.222

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, PATESA, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da subestação de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da subestação de Açailândia) e ETSE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria)
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE

A Taesa passou a operar a ATE, ATE II, ATE III e STE em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, adotam práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir, quadro detalhado das licenças ambientais das empresas em que o Grupo possui participação:

Empresa	Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/03 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/04) 359/2003	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	(incorporada pela Licença de Operação nº 384/04)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/04	15/04/2004	06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/02	30/10/2008	30/10/2014	
Taesa (TSN)	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	Licença renovada até 30/10/2014 De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação. Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Licença renovada até 13/01/2014. Renovação solicitada tempestivamente. Processo em andamento junto ao IDEMA
	Goianinha - Mussurê (Concessão GTESA)	339/03	21/08/2003	21/08/2007	
	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2011-045976/TEC/RLO-1017	13/01/2012	13/01/2014	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00089/01	18/10/2001	13/06/2014	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/99), válida até 13/06/2014
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/03	30/09/2003	30/09/2007	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Xingó - Angelim	350/03	30/09/2003	30/09/2007	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/05	29/02/2012	29/02/2022	Licença renovada por dez anos
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	4365/08-DL	26/09/2012	26/09/2016	Licença renovada até 26/09/2016.
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/06	30/11/2006	30/11/2010	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Licença renovada sob o nº 2010/0000003814 até 25/10/2014
	Itacaiunas - Colinas	753/08	17/06/2008	17/06/2012	
	Marabá - Carajás	5123/10	26/10/2010	25/10/2014	
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/05	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/09	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97) Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/09	17/09/2009	16/09/2012	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Empresa	Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/02	16/07/2009	16/07/2015	-
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/05	29/08/2012	28/08/2018	-
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/07	25/09/2007	25/09/2013	Renovação solicitada ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
EBTE	Juína - Brasnorte	302381/11	10/06/2011	09/06/2014	-
	Juba - Brasnorte	300899/10	26/10/2010	25/10/2013	-
	Parecis - Brasnorte	299964/10	08/07/2010	07/07/2013	Renovação solicitada a SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	300348/10	16/08/2010	15/08/2013	Aguardando SEMA MT
STC	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/09	09/09/2009	09/09/2013	Renovação solicitada a FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	SE - Lages	7247/12	09/08/2012	09/08/2016	-
	SE - Rio do Sul	065/10	07/05/2010	07/05/2014	-
ERTE	Vila do Conde - Castanhal- Santa Maria	6904/12	02/07/2012	01/07/2016	-
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/11	07/11/2011	07/11/2015	-
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/10	10/11/2010	09/11/2014	-
ESDE	SE Santos Dumont	0657/12	27/08/2012	27/08/2016	-
TRANSLESTE	SE Montes Claros - SE Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015	-
TRANSUDESTE	SE Itutinga - SE Juiz de Fora	571/2011	25/07/2011	25/07/2019	-
TRANSIRAPÉ	SE Irapé - SE Araçuaí 2	077/2011	15/06/2011	30/03/2017	-
ETSE	LTs 230 KV SE Abdon Batista	4102/2013	28/05/2013	28/05/2016	-
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	6616/2012	13/01/2014	13/08/2015	-
	SE Gaspar	2926/2013	02/05/2013	02/05/2016	-
	SE Abdon Batista	7940/2012	01/10/2012	01/10/2015	-

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 13 (b).

Na controlada ETAU, as compensações ambientais descritas a seguir são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

- FUNAI - Em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental nº 001/12 entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento à Licença de Operação nº 452/05. Nesse Termo, intitulado "Termo de Compromisso", cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Ressalta-se que todas as medidas estipuladas no referido documento foram liquidadas, contudo, a ETAU aguarda a emissão do Termo de Quitação Total que será requerido em 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado pela ETAU para essa compensação ambiental era de R\$0 (R\$247 em 31 de dezembro de 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Reposição Florestal da ETAU com a SEMA/RS - Foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. A Companhia já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com o proprietário. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas no primeiro semestre do exercício de 2014. Em 29 de agosto de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da ETAU um acréscimo no orçamento de 2013, a fim de viabilizar a aquisição do referido terreno totalizando o montante de R\$1.450. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado na rubrica "Outros" no passivo circulante para essa compensação ambiental era de R\$1.450, sendo R\$1.000 de provisões já existentes e R\$450 como provisão complementar. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo era de R\$201.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica

Em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro termo aditivo para o referido contrato.

Arrendamento operacional

Em 2013 a Companhia mudou sua administração corporativa do 10º andar para o 6º andar do Edifício Bolsa Rio, devido ao crescimento de sua estrutura organizacional.

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$3.234. Os contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no IGP-M e possuem prazos de 60 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2013, com base nas condições vigentes do contrato descrito anteriormente, quando o vencimento ocorrerá em 01 de novembro de 2017, os seguintes pagamentos de aluguel são estimados:

	Despesas de aluguel
2014	3.397
2015	3.726
2016	3.940
2017	3.791
Total	14.854

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em caso de rescisão contratual por parte da Companhia, a mesma terá que comunicar a Locadora com prazo mínimo de seis meses de antecedência e pagará o valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época, proporcional ao tempo restante da locação, a título de multa por rescisão antecipada. Na falta da formalização da comunicação de intenção da rescisão de contrato antecipada, a Companhia pagará o valor equivalente aos aluguéis e encargos da locação do período não cumprido de aviso prévio, a título de perdas e danos pré-fixados, além da multa no valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época.

Caso a Companhia venha a rescindir antecipadamente a locação, na data de pagamento da multa por rescisão antecipada, devolverá a Locadora, proporcional ao tempo restante da locação, em uma parcela, todos os valores referentes aos aluguéis que, durante a vigência da locação, forem isentos ou sofrerem qualquer tipo de carência no pagamento ou desconto temporário, valores estes reajustados até a data da devolução efetiva do imóvel, nas mesmas condições do aluguel mensal.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Fiscalização ANEEL - em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, "in loco", realizado pela ANEEL em dezembro de 2011, a Taesa recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, de 1º de março de 2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentadas sete não conformidades e nove constatações/recomendações apuradas no período de quatro anos (2007 a 2010).

Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela Taesa, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A Taesa encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta Taesa nº 082/12, apresentando suas manifestações em face do Termo de Notificação ANEEL nº 033/12, em que argumenta as constatações registradas pelos fiscais e comunica que as recomendações serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador.

Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da ANEEL, a Taesa solicitou o arquivamento do citado Termo de Notificação, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que, por sua vez, se comprometeu com os prazos determinados para ajustes de alguns procedimentos.

A manifestação da ANEEL acerca das argumentações apresentadas pela Taesa perante o Termo de Notificação em questão deverá ser expedida até o fim do exercício de 2014.

Uma vez que o processo administrativo se encontra na fase da notificação, as constatações apontadas na fiscalização realizada pela ANEEL não impactaram financeiramente a Taesa e foram atendidas pela Companhia em 2013, e devidamente registradas perante o Regulador, por meio de correspondências.

Multa IBAMA - em 2002, a TSN foi autuada pelo IBAMA por construir uma parte da linha de transmissão em desconformidade com as especificações estabelecidas. À época, esse ato gerou a lavratura de um auto de infração, momento em que a TSN apresentou recurso. Em outubro de 2012, o IBAMA/GO proferiu decisão definitiva sobre o caso, mantendo a multa aplicada à época no valor de R\$100 mais correções, totalizando R\$129, valor este pago pela Companhia em 10 de janeiro de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou algumas atividades que não envolvem caixa, decorrentes da incorporação de subsidiárias integrais conforme detalhado na nota explicativa nº 1, que foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa da controladora, exceto o caixa oriundo dessas incorporações apresentado nas atividades de investimento.

Os ativos e passivos incorporados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados a seguir:

Balanco incorporado	Saldos incorporados
Caixa e equivalentes de caixa	143.278
Títulos e valores mobiliários	27.817
Clientes	49.357
Ativo financeiro	2.391.205
Impostos e contribuições sociais	34.991
Dividendos a receber	21.024
Depósitos judiciais	7.556
Outras contas a receber	8.435
Outros ativos	2.930
Imobilizado	71
Intangível	2.580
Total dos ativos	2.689.244
Fornecedores	(8.913)
Empréstimos e financiamentos	(269.279)
Taxas regulamentares	(10.267)
Impostos e contribuições sociais	(18.602)
Impostos, contribuições e tributos diferidos	(325.685)
Dividendos a pagar	(72.387)
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.075)
Outras contas a pagar	(14.976)
Total dos passivos	(722.184)
Acervo contábil líquido incorporado	1.967.060

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Novo reforço - Em 06 de fevereiro de 2014 foi publicada no Diário Oficial a Resolução Autorizativa nº 4.521/2014 que autorizou a implantação do Reforço de recapacitação de 300 MVA para 380 MVA do C3 da LT Açu II - Açu III e fixou o valor total do orçamento e o valor da RAP para o empreendimento, bem como estabeleceu o cronograma para a disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica, conforme descrito abaixo:

	Linha de transmissão	Reforço	Prazo para implantação após publicação res. ANEEL (meses)	Enquadramento REN 443/11
TAESA (Patesa)	LT 230 kV ACU II / LAGOA NOVA II RN	Recapacitação de 2 km da Lt 230 kV Açu II - Lagoa Nova II a partir da subestação Açu II elevando a capacidade de transmissão de 300 MVA para 380 MVA.	até 24	III

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aumento de capital "Mariana" - Em 25 de fevereiro de 2014 a Assembléia Geral Extraordinária da Mariana aprovou o aumento de capital no valor de R\$20.000, elevando o capital de R\$1 para R\$20.001. O aumento de capital em questão visa conferir à Mariana os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. O aporte de capital foi realizado pela Taesa em 11 de março de 2014.

Cancelamento e substituição da Quarta emissão de debêntures - A Reunião do Conselho de Administração de 25 de fevereiro de 2014 aprovou o cancelamento da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até duas séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, no valor de até R\$540.000, tendo em vista que as condições de mercado atuais não são favoráveis à realização da referida emissão.

Adicionalmente, aprovou, em substituição à Quarta Emissão, a captação, pela Companhia, do montante de até R\$ 450.000 através de uma das seguintes alternativas: (a) empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, com swap ("permuta") da variação cambial pelo "Certificado de Depósito Interbancário - CDI"; ou, (b) emissão de notas promissórias comerciais. Não houve nova captação até o presente momento.

Contrato de compartilhamento de instalações - SGT x Cemig GT - Em 26 de fevereiro de 2014 a Assembléia Geral Extraordinária da SGT aprovou a celebração de contrato de compartilhamento entre SGT e CEMIG GT, cujos termos e condições obedecem a padrões definidos pelas normas aplicáveis ao setor elétrico nacional.

Venda de Imóvel - Em 27 de fevereiro de 2014 a Companhia assinou um contrato de promessa de compra e venda dos imóveis de que é proprietária, localizados no Edifício da Bolsa do Rio, na Praça XV de Novembro, nº 20, Centro, Rio de Janeiro, no montante de R\$13.000. Como confirmação e garantia do início da execução do contrato de compra e venda a ser celebrado, das obrigações contratuais e da impossibilidade de arrependimento entre as partes, os promitentes compradores realizaram um pagamento de sinal a Companhia nesta mesma data no montante de R\$1.000, e após assinatura da escritura definitiva de compra e venda, liquidarão a parcela restante do saldo acordado. O saldo residual desse imóvel na data de assinatura do contrato era de R\$4.593.

Caso os proponentes compradores não paguem o saldo acordado em até vinte dias contados do registro da respectiva escritura definitiva de compra e venda e/ou da alienação fiduciária dos imóveis, poderá a Companhia rescindir o contrato, sujeitando os promitentes compradores ao disposto nos artigos 418 e 419 do Código Civil Brasileiro.

* * * *

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULARES	SUPLENTES
Djalma Bastos de Moraes	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
John Michel Pimenta de Moraes Streithorst	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Sandro Rocha Peres	Gerson Gonçalves da Silva
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Marcelo Souza Monteiro (Independente)	Maurício Antônio Rosa (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Maurício Luis Luchetti (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Luiz Ricardo da Câmara Lima	Jorge Kalache Filho

CONSELHO FISCAL	
TITULARES	SUPLENTES
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Cláudio Canalis Goulart	Maria Cristina Soares Magalhães Alves
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos	Fábio César Baptista dos Santos

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49